



Talento
Rafael Quintas.
O melhor
jogador do
Europeu
Sub-17
a quem
chamam
“presidente”

PÁG. 26



REINALDO RODRIGUES



ÁLVARO BELEZA

“Neste momento,
PS tem de ter
paz interna
para vencer
as autárquicas”

PÁG. 8

Procura de viagens para o verão bate novo recorde

TURISMO Portugueses nunca compraram tantas viagens para o estrangeiro como na primeira metade deste ano. Procura cresce 15% face ao melhor ano de sempre, refere a Associação Nacional de Agências de Viagens. Caraíbas rouba clientes ao Algarve com preços mais aliciantes.

PÁGS. 16-17

UM ANO DO PLANO PARA AS MIGRAÇÕES

Estrutura de Missão cumpre metas. Mas ação da AIMA continua a ser criticada por quem está no terreno

PÁGS. 6-7

Presidenciais
Marques Mendes
inicia “Causas
da Presidência”
a debater defesa
europeia

PÁG. 8

Ivan Krastev
PRESIDENTE DO CENTER
FOR LIBERAL STRATEGIES
“Trump tem um
medo genuíno
da guerra.
Não é um belicista”

PÁGS. 22-23

Patrícia Gonçalves
DEPUTADA DO LIVRE
“Não é uma revisão
constitucional
que vai resolver
os problemas do país”

PÁGS. 10-11



Diplomacia
Reconhecimento
das anexações
é condição
russa para
cessar-fogo

PÁG. 21



Editorial

Filipe Alves

Diretor do Diário de Notícias

A vantagem de ser subestimado

José Luís Carneiro assume a liderança do Partido Socialista naquela que será, provavelmente, a pior fase da sua história. Carneiro é visto por muitos, dentro e fora do partido, como um líder transitório, uma espécie de António José Seguro que, na altura certa, será destronado por alguém que não esteve disposto a assumir a liderança durante uma travessia do deserto que promete ser longa.

Mas será mesmo assim? A seu tempo veremos se José Luís Carneiro tem a resiliência e astúcia necessárias não só para sobreviver politicamente, como para devolver o partido ao lugar que sempre ocupou na democracia portuguesa. Mas é inegável que o futuro líder do PS é alguém que tem sido subestimado por muitos. Ao contrário do que se possa pensar à primeira vista, esse facto constitui uma vantagem que, se for aproveitada de forma inteligente, pode fazer a diferença entre vencer ou morrer do ponto de vista político. Que o diga Luís Montenegro, líder do

PSD e atual primeiro-ministro, que durante anos foi subestimado por muitos comentadores e que, tal como Carneiro, não é oriundo da elite da capital.

Muitos dos que agora incensam o primeiro-ministro são os mesmos que, há dois ou três anos, diziam que seria um líder cinzento e passageiro. Quando se é subestimado, é mais fácil gerir expectativas. E numa era em que a política se faz cada vez mais com encenações e gritarias, o futuro líder do PS é alguém a quem os portugueses reconhecem um perfil moderado e de bom senso. É interessante notar que as sondagens que foram divulgadas antes da eleição de Pedro Nuno Santos para a liderança do PS indicavam que José Luís Carneiro estaria melhor posicionado para vencer Luís Montenegro nas legislativas.

As sondagens valem o que valem, mas esse facto não deixa de ser interessante. E se foi ignorado por muitos terá sido porque, mais uma vez, a bolha mediática passou ao lado do que pensa o país real.

Dito isto, José Luís Carneiro não terá a vida fácil e o seu caminho será muito estreito. Por um lado, não poderá deixar de dar a mão ao Governo, sob pena de o PS se tornar irrelevante nas decisões relevantes que serão tomadas nos próximos anos.

“

José Luís Carneiro não terá a vida fácil. Por um lado, não poderá deixar de dar a mão ao Governo da AD, sob pena de o PS ficar de fora de uma série de decisões relevantes. Por outro, não pode ser confundido com um ‘pajem’ de Montenegro.”

Por outro, não pode deixar de fazer oposição ao Governo, sob pena de ser confundido com um “pajem” de Montenegro, para usar uma palavra utilizada há dias por Pacheco Pereira.

Neste contexto, Carneiro terá de ser um líder muito hábil, jogando com os tempos e os silêncios, escolhendo bem as batalhas e não se deixando arrastar para aquelas que, à partida, não poderá vencer. E, eventualmente, sabendo aguardar o momento em que o Montenegro cometa erros. Mas o desafio mais complicado diz respeito à avaliação que o PS faz de 18 de maio.

José Luís Carneiro terá de unir o partido, o que, à partida, o impede de renegar o passado, mas ao mesmo tempo terá de colocar o PS no divã, para que sejam compreendidos os erros que foram cometidos nos últimos anos. Os quais, ao contrário do que têm dito as fontes anónimas que agora se desdobram em comentários, não se limitaram aos erros táticos cometidos por Pedro Nuno.

OS NÚMEROS DO DIA

280,9

MIL MILHÕES DE EUROS

é o valor recorde que atingiu a dívida pública em abril, mês em que houve um aumento de 2,6 mil milhões de euros, segundo o Banco de Portugal.

6,3

POR CENTO

é a taxa de desemprego de abril, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, referindo que houve uma diminuição de 0,1% relativamente ao período homólogo. A taxa de subutilização do trabalho terá sido 0,4% inferior à do mês homólogo.

157

MORTOS

foram o resultado dos 57 acidentes rodoviários registados nas estradas portuguesas nos primeiros cinco meses do ano.

58

MILHÕES DE EUROS

foi o valor pago na última semana aos beneficiários do Plano de Recuperação e Resiliência, sendo que no total foram distribuídos 7837 milhões até 28 de maio. O total de pagamentos corresponde a 35% da dotação e do valor contratado e a 36% do aprovado.



Global Media
3.6.2025

Direção: Filipe Alves (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Margarida Vaqueiro Lopes e Pedro Sequeira **Editores executivos adjuntos** Ricardo Simões Ferreira e Rui Frias **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Cândia e Leonardo Ralha **Editores** Carla Alves Ribeiro, Carlos Nogueira e Sofia Fonseca **Redatores** Alexandra Tavares-Teles, Amanda Lima, Ana Meireles, Caroline Ribeiro, César Avó, David Pereira, Ilídia Pinto, Isaura Almeida, Luís Reis Ribeiro, Mariana de Melo Gonçalves, Nuno Tibiriçá, Rui Miguel Godinho, Rute Simão, Sónia Santos Pereira, Susana Salvador, Susete Henriques e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida (coordenadora), Fernando Almeida, Filipa Rodrigues **Dinheiro Vivo** Filipe Alves (Diretor) **DN Brasil** Amanda Lima (Editora), Nuno Tibiriçá **Fotografia** (Global Imagens) Gerardo Filipe Santos, Leonardo Negrão, Paulo Spranger e Reinaldo Rodrigues **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Cândia, Leonardo Ralha, e Luís Reis Ribeiro **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. **Tel.:** 213 187 500. **Fax:** 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. **Tel.:** 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ªA – 3000-226 Coimbra. **Tel.:** Redação: 213 187 500. **Publicidade:** 213 187 500. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de dezembro 2024: 6 084 exps.

VISAPRESS®
Direitos de Autor Protegidos apct

Três universidades portuguesas no ‘top’-500, mas há “alarmante queda nos resultados”

RANKING Publicação anual do Center for World University Rankings mostra uma degradação da classificação global das Instituições do Ensino Superior portuguesas. Entre as 13 representadas na lista das 2000 melhores do mundo, só três sobem face a 2024. Harvard mantém liderança, mas China ultrapassa EUA no número de universidades neste *ranking*.

TEXTO RUI FRIAS

Portugal volta a marcar presença no *ranking* mundial das universidades publicado esta segunda-feira, 2 de junho, pelo Center for World University Rankings (CWUR). Entre as 2000 Instituições do Ensino Superior mais bem classificadas do mundo, 13 são portuguesas, com três delas entre as 500 melhores: Universidade de Lisboa (218.º lugar), Universidade do Porto (302.º) e Universidade de Coimbra (449.º). Mas o *ranking* mostra uma queda generalizada das instituições nacionais: só três melhoraram face ao ano anterior.

Nadim Mahassen, presidente deste Centro para os *Rankings* das Universidades Mundiais, considera que “Portugal está bem representado” neste *ranking*, mas adverte para uma “alarmante queda dos resultados das instituições académicas do país”, destacando “uma quebra na performance da investigação e a um apoio financeiro limitado por parte do Governo”.

“Enquanto vários países estão a colocar o desenvolvimento da Educação e da Ciência no topo da sua agenda, Portugal está a lutar para acompanhar o ritmo. Sem um financiamento mais forte e um planeamento estratégico, Portugal corre o risco de ficar ainda mais para trás no panorama académico mundial em rápida evolução”, sublinha o comunicado do CWUR.

Considerado uma das classificações universitárias mais abrangentes do mundo, o CWUR analisa 74 milhões de dados sobre qualidade da educação, empregabilidade dos diplomados, distinções do corpo docente e produção científica.

Nesta edição de 2025, o destaque nacional volta a ir para a Universidade de Lisboa, que mantém a liderança em Portugal, alcançando o 218.º lugar global – o que a coloca na 79.ª posição a nível eu-



UNIVERSIDADES PORTUGUESAS

218	Univ. Lisboa
302	Univ. Porto
449	Univ. Coimbra
534	U. Nova Lisboa
601	Univ. Aveiro
641	Univ. Minho
1411	Univ. Algarve
1465	Univ. Beira Interior
1587	Inst. Politécnico do Porto
1589	Univ. Trás-os-Montes e Alto Douro
1599	ISCTE Lisboa
1660	Univ. Católica Portuguesa
1737	Univ. Évora

TOP-10 RANKING CWUR

1	Univ. Harvard	EUA
2	Instituto de Tecnologia de Massachusetts	EUA
3	Univ. Stanford	EUA
4	Univ. Cambridge	ING
5	Univ. Oxford	ING
6	Univ. Princeton	EUA
7	Univ. Pennsylvania	EUA
8	Univ. Columbia	EUA
9	Univ. Yale	EUA
10	Univ. Chicago	EUA

Politécnico do Porto foi a instituição portuguesa que mais subiu face ao ano anterior.

ropeu e entre o top 1,1% mundial. Perdeu sete posições face ao ano anterior, numa descida modesta que reflete pequenas quedas nos indicadores de educação (de 440.º para 456.º), empregabilidade (de 1303.º para 1354.º) e corpo docente (de 236.º para 243.º). O ponto forte continua a ser o da investigação científica, no qual a Universidade de Lisboa se coloca como a 185.ª melhor do mundo.

Já a Universidade do Porto foi, das três instituições portuguesas nas 500 melhores do mundo, a única que conseguiu subir alguns lugares face ao *ranking* anterior: cinco posições, para o 302.º lugar. Também na Universidade do Porto é a dimensão da investigação aquela que recolhe melhor classi-

ficação global (251.º), sendo, entre as três universidades portuguesas no top-500, a que apresenta melhor *ranking* de empregabilidade (805.º a nível global).

Quanto à Universidade de Coimbra, mantém um desempenho estável, com uma ligeira descida de sete posições, para 449.º. Continua a destacar-se pelo melhor desempenho nacional no critério de educação dos *alumni* (441.º), que reflete a reputação e o desempenho académico dos seus antigos alunos.

Entre as restantes instituições portuguesas nesta lista destaque para o Politécnico do Porto, que registou a maior subida face ao ano anterior, de 133 lugares. De resto, só a Católica e a Universida-

de do Porto também melhoraram o respetivo *ranking* face ao ano passado, enquanto as restantes dez das 13 instituições portuguesas entre as 2000 melhores do mundo registaram descidas, com as universidades de Évora (-112 lugares) e do Algarve (-102) a apresentarem as mais acentuadas.

Sob ataque de Trump, Harvard lidera

No topo da tabela, sem surpresas, está novamente a Universidade de Harvard, num contexto político particularmente sensível nos Estados Unidos, onde a universidade tem sido alvo de cortes de financiamento ditados pela Administração de Donald Trump. Ainda assim, a qualidade académica

de Harvard ainda não cedeu às pressões externas, consolidando neste *ranking* a sua reputação internacional.

O domínio norte-americano continua evidente no topo da tabela: oito das dez melhores universidades do mundo são dos EUA. Além de Harvard, surgem instituições como o MIT (2.º), Stanford (3.º), Princeton (6.º), Universidade da Pensilvânia (7.º), Columbia (8.º), Yale (9.º) e Chicago (10.º).

Mas se os EUA dominam nos lugares cimeiros, é a China que lidera agora em representação global, com 346 instituições entre as 2000 melhores – ultrapassando os EUA, que contam com 319. Seguem-se Japão (107), Reino Unido (89), França (71) e Rússia (43).



Opinião
João Oliveira

Erradicar a pobreza ou aceitar que se perpetue?

Apresentámos esta semana a proposta de Relatório do Parlamento Europeu relativo à Estratégia da União Europeia (UE) para o combate à pobreza, apontando cinco linhas orientadoras e objectivos gerais.

Em primeiro lugar, identifica-se a pobreza como uma situação de violação dos Direitos Humanos e dos povos.

O ponto de partida na consideração desses direitos é a aceção que deles faz a ONU, integrando os direitos políticos, económicos, sociais e culturais. O cerne das políticas de combate à pobreza deve ser a ideia de que esses direitos devem ser integralmente respeitados.

Em segundo lugar, desafia-se a UE a assumir o objectivo da urgente erradicação da pobreza, o mais tardar até 2035.

Para que isso aconteça, apontam-se políticas e medidas que assegurem uma mais justa distribuição da riqueza e o carácter universal e indivisível dos direitos políticos, económicos, sociais e culturais.

O objectivo efectivo do pleno emprego como orientação das políticas económicas e sociais, a protecção e promoção dos direitos laborais e a elevação da qualidade do emprego – com destaque para o aumento dos salários –, a criação de um instrumento de combate à pobreza através da realização universal do direito ao trabalho e do pleno emprego são algumas das direcções apontadas.

Tal como se aponta o caminho no sentido da garantia de serviços públicos universais, gratuitos e de elevada

qualidade, da promoção de uma política de habitação que assegure o acesso universal a este direito (com um plano da UE para satisfazer as necessidades de habitação de todos os cidadãos), da concretização do princípio do “trabalho igual, salário igual” e do combate a todas as discriminações, do reforço dos sistemas de Segurança Social de carácter público,

universal e solidário, bem como do combate à estigmatização das pessoas em situação de pobreza.

Em terceiro lugar, sublinha-se a necessidade da adequada articulação entre a UE e os Estados-membros, assim como com as regiões, bem como a mobilização de recursos orçamentais adequados.

É necessário que aos diferentes níveis de responsabilidade a acção seja eficaz e adequadamente delineada. Tal como é imprescindível que o Orçamento da UE mobilize os fundos correspondentes à dimensão do objectivo da erradicação da pobreza até 2035.

Em quarto lugar, propõe-se uma abordagem global e integrada das políticas e medidas de combate à pobreza e o objectivo da sua erradicação como critério transversal das políticas sectoriais, incluindo a obrigatoriedade de uma análise de impacto das políticas sectoriais na pobreza.

Por fim – que podia ser o início –, defende-se a criação de mecanismos adequados, efectivos e transparentes de participação política das pessoas em situação de pobreza na tomada de decisão, implementação e avaliação das políticas que lhes são dirigidas, aos vários níveis de decisão.

É evidente que o desafio é exigente mas isso é consequência de recusar a perpetuação da pobreza e querer erradicá-la.

*Eurodeputado
Escreve sem aplicação do novo
Acordo Ortográfico*



Opinião
Ana Miguel dos Santos

Reformular para proteger: Portugal precisa de uma nova arquitetura de segurança

Vivemos tempos em que a geografia das ameaças já não se desenha em fronteiras, mas em falhas de sistema. Ciberataques, sabotagens energéticas, desinformação coordenada, crime organizado, tráfico ilícito de tecnologia, fluxos migratórios descontrolados, ataques a infraestruturas críticas. Nenhuma destas ameaças se enfrenta com esquemas rígidos, respostas isoladas ou silos

institucionais. Mas é exatamente isso que o nosso sistema ainda espelha.

A arquitetura da segurança nacional permanece demasiado ancorada em estruturas do século XX, pensadas para realidades que já não existem. As Forças Armadas, as polícias, os serviços de informação, a protecção civil – todos fundamentais, mas frequentemente desenhados. Operam sob lógicas paralelas, com linguagens pró-



OLHAR

O Museu de Arte Contemporânea de Serralves, no Porto, inaugurado em 1999, foi ontem distinguido com o Prémio Museu do Ano 2025, atribuído pela Associação Portuguesa de Museologia (Apom). A cerimónia – no ano do 60.º aniversário da Apom – decorreu em Loulé. O principal prémio do palmarés com 26 categorias tinha também como finalista o Museu Municipal Carlos Reis, em Torres Novas, dedicado à História da região, que foi contemplado com uma menção honrosa. A Apom recebeu 125 projetos candidatos aos prémios.

FOTO **JOSÉ COELHO / LUSA**

prias e sem um centro de gravidade comum. E é essa fragmentação que compromete a capacidade do Estado para agir com rapidez, coerência e impacto. A segurança tornou-se, hoje, uma função transversal do Estado. Exige capacidade de antecipação, visão interministerial e articulação total entre o que é civil, militar, económico, digital e social. Exige, sobretudo, um conceito político claro: o da soberania inteligente – a que sabe proteger, mas também prevenir; a que não apenas reage, mas reorganiza. Num mundo onde o risco é horizontal e cumulativo, a ver-

dadeira força está na convergência. E Portugal precisa, com urgência, de fazer essa transição: de um modelo de departamentos estanques, para um ecossistema de segurança nacional integrado, racional e orientado por objetivos estratégicos claros. Essa mudança não passa por uma lei ou uma operação. Passa por visão de Estado. Passa por liderar com a coragem de reformular – não apenas ajustar. E por reconhecer que garantir a segurança dos portugueses já não se faz com respostas clássicas, mas com inteligência organizacional, interoperabilidade plena e uso criterioso dos recursos. Se há missão que deve marcar a próxima década política, é esta: construir uma segurança à altura do século XXI. Uma segurança que não se limite a defender o país – mas que o prepare, o proteja e o projete. Porque num tempo em que as ameaças não pedem licença, o Estado também não pode pedir permissão para se transformar.

Especialista em Segurança e Defesa

“
Se há missão que deve marcar a próxima década política, é esta: construir uma segurança à altura do século XXI.”



Opinião Carlos Cortes

Ética e confiança no SNS

A confiança é a pedra basilar do Serviço Nacional de Saúde (SNS), um laço implícito entre profissionais de saúde e cidadãos. Nas últimas semanas, porém, esse laço foi posto em causa por notícias de alegadas práticas inaceitáveis. A erosão da confiança é talvez a consequência mais grave destes episódios, uma vez que fragiliza toda a estrutura do SNS. Perante isso, impõe-se uma resposta firme, serena e determinada, à altura da gravidade da situação.

Assim que o primeiro caso se tornou público, a Ordem dos Médicos dirigiu um ofício urgente à ULS Santa Maria e, simultaneamente, ofereceu total colaboração técnica à Inspeção-Geral das Atividades em Saúde (IGAS), na sequência do anúncio de auditorias nacionais alargadas ao SIGIC (Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia). A mensagem foi clara: total disponibilidade para cooperar e apurar a verdade, sem hesitações ou contemplações.

A Ordem dos Médicos dispõe de mecanismos próprios de avaliação deontológica e disciplinar, que não hesitará em acionar sempre que se confirmem violações da ética médica. Mas é fundamental sermos claros e justos: a esmagadora maioria dos mais de 32.000 médicos, que servem o SNS diariamente, fá-lo com seriedade, competência e enorme espírito de missão. São eles que sustentam, com esforço incansável, um sistema cada vez mais vulnerável. São também eles que trabalham com os salários mais baixos da Europa, enfrentam todos os dias condições profissionais difíceis, exigentes e, por vezes, até indignas. Muitos, já sem alternativas, acabam por sair do SNS, em busca de estabilidade, reconhecimento ou simplesmente respeito, nou-

tros setores de atividade e até na emigração.

É inaceitável que estas situações localizadas, ainda que amplamente divulgadas, possam pôr em causa o valor, o compromisso e a dignidade dos médicos que se mantêm firmes ao lado dos doentes, mesmo perante as adversidades constantes. A generalização injusta é tão perigosa quanto a complacência, e ambas devem ser rejeitadas com igual determinação.

Desde, pelo menos, 2019 que a Ordem dos Médicos tem sinalizado junto das entidades competentes (Administração Central do Sistema de Saúde, Direção Executiva do SNS e Ministério da Saúde) situações desconformes, incongruências (como cirurgias complexas e prolongadas menos valorizadas que cirurgias menores) e riscos nos modelos funcionais, infelizmente sem que esses avisos tenham recebido a necessária atenção. É evidente que, se os alertas da Ordem dos Médicos tivessem sido levados a sério, não estaríamos seguramente na situação preocupante em que hoje nos encontramos.

Restaurar a credibilidade do SNS exige uma mudança profunda na cultura organizacional e nos processos operacionais. Para isso, é fundamental implementar um plano de gestão robusto, transparente e aberto ao escrutínio público, que assegure a integridade clínica e administrativa, evitando a repetição de episódios que minam a confiança pública. Os programas de combate às listas de espera para consultas e cirurgias são essenciais para dar uma resposta eficaz às necessidades dos doentes e, por isso, devem ser mantidos. Simultaneamente, é indispensável tornar o SNS mais competitivo e atrativo para os médicos, de modo a responder eficazmente à grave escassez de recursos hu-

manos que atualmente enfrenta. Mas, para já, é imperativo reformar profundamente o sistema de resposta às listas de espera, ancorando essa mudança em cinco medidas essenciais:

1. Validação clínica independente dos atos codificados – verificações regulares para assegurar que os atos médicos registados correspondem à realidade clínica;
2. Sistemas de alerta precoce para produção anómala – ferramentas centralizadas na Direção Executiva do SNS para detetar automaticamente padrões anómalos;
3. Controlo externo regular e independente – auditorias externas frequentes, com relatórios públicos dos resultados;
4. Avaliação rigorosa da efetividade e qualidade assistencial – indicadores que avaliem não apenas a quantidade, mas sobretudo o impacto real dos cuidados na saúde dos doentes;
5. Inclusão formal da Ordem dos Médicos em todo o processo – participação da OM desde a conceção até à avaliação dos programas, assegurando supervisão técnica e deontológica contínua.

Este é um apelo à responsabilidade partilhada. É o momento de reafirmarmos os princípios éticos e de humanismo que guiam o SNS e de implementar mudanças corajosas que coloquem a transparência e o foco em cuidados de saúde de qualidade. Só assim poderemos reconstruir a confiança abalada. Com determinação e união, será possível restaurar a integridade do sistema e assegurar que ele permanece forte, justo e humano. A Ordem dos Médicos continuará empenhada na defesa deste legado, do qual todos nós devemos orgulhar e que temos o dever de preservar.

Bastônário da Ordem dos Médicos

Desde setembro do ano passado, foram recuperados 446.921 processos no total.



1 ANO

Estrutura de Missão cumpre metas. Mas ação da AIMA continua a ser criticada por quem está no terreno

BALANÇO Passado um ano do Plano de Ação para as Migrações, Governo avalia como positivo o andamento das atividades, sobretudo na recuperação de pendências pela Estrutura de Missão. Quem atua no terreno, elogia o trabalho da *task force*, mas não faz o mesmo com a AIMA.

TEXTO AMANDA LIMA

Foi há um ano que o Governo apresentou o Plano de Ação para as Migrações, com 41 medidas. Destas, a que mais mobilizou equipas foi a Estrutura de Missão, cujo objetivo é dar resposta aos imigrantes que há anos esperavam por um avanço do processo de regularização. O Governo celebra os números: mais de 500 mil pessoas convocadas para atendimento desde setembro do ano passado, com mais de 133 mil títulos de residência já nas mãos dos utentes. António Leitão Amaro, ministro da Presidência, definiu a Estrutura de Missão como uma das ações “mais fortes e bem-sucedidas de resposta do Estado” e que resolveu o volume “brutal” das pendências. “Foi um trabalho extraordinário”, resumiu, em conferência de imprensa, ontem, para avaliar a *task force* e os resultados do plano. O titular da



pasta elogiou todos os envolvidos, em especial o coordenador Luís Goes Pinheiro e os 1465 colaboradores, entre mediadores, advogados e decisores.

Pessoas que atuam no terreno, ouvidas pelo DN, concordam que esta recuperação de pendências é um dos aspetos mais positivos do último ano. “A questão de ser criada a Estrutura de Missão para despachar os processos é a mais eficaz das medidas”, avalia Filipa Santos Costa, que atua como advogada na área das Migrações desde 2007. O mesmo otimismo não ocorre com os demais processos que envolvem a AIMA. “Por exemplo, todos os meus atendimentos marcados na AIMA em Lisboa estão a ser remarcados para setembro, à última hora e sem explicações”, conta a profissional.

Ana Paula Costa, presidente da Casa do Brasil, também elogia a

task force. “É uma medida positiva, e isso é de se destacar, a resolução dos processos pendentes da AIMA, porque, de facto, estava no plano – era uma medida que se concretizou, as pessoas estavam há imenso tempo à espera de ter resposta para os seus processos, e parece que agora a estrutura de missão vai dedicar-se a outras pendências também [renovações de residências vencidas]”, diz ao jornal. Por outro lado, avalia que a atuação da AIMA, no geral, “corre muito mal”. A associação, no terreno desde 1992, recebe diariamente dezenas de imigrantes que buscam apoio jurídico gratuito nos processos de regularização. “Mantém-se muita dificuldade de comunicação com a AIMA. Não só do ponto de vista das pessoas imigrantes, mas também nós, associações, temos alguma dificuldade de contacto para poder transmitir as questões e ter um diálogo mesmo”, relata Ana Paula Costa.

Pedro Góis, diretor científico do Observatório das Migrações (medida criada a partir do Plano de Ação para as Migrações), destaca que, apesar de a AIMA estar em funcionamento há mais de um ano e meio, “é totalmente nova na prática”, sendo crítico da maneira como foi criada, razão que atribui para o incumprimento, hoje por parte do Governo, nesta matéria.

Neste ano decorrido, ingressar com ações judiciais tornou-se a única maneira de garantir direitos, nomeadamente um atendimento na agência – mas nem todos os imigrantes podem pagar pelo serviço de advogados. Neste mesmo período, também se acumularam 374.587 renovações de títulos de residência, que serão, em data ainda incerta, resolvidas pela Estrutura de Missão. Esta é a principal razão pela qual foi aprovada a prorrogação até 31 de dezembro deste ano.

E quando vai a AIMA, efetivamente, funcionar? Esta foi a pergunta feita pelo DN ao ministro da presidência António Leitão Amaro na conferência de imprensa. A resposta não foi objetiva. “A AIMA está a reforçar muito a sua capacidade de resposta. Está a aumentar o número de trabalhadores. Há um aumento de 5% líquido do número de recursos. Esperamos um aumento, até o final do ano, mais cerca de 25% ou 30% e a conclusão do processo de desenvolvimento do novo *contact center*. As pessoas estão a procurar fazer o melhor”, respondeu o ministro ao jornal.

A AIMA lidera as reclamações

no Portal da Queixa neste ano, com aumento de 37% neste quadrimestre, na comparação com o mesmo período do ano passado. Os atrasos nas entregas de documentos e processos, incluindo atrasos na emissão de cartões de residência geraram a maior parte das queixas, nomeadamente 37,23%. Além do elevado índice de reclamações, a agência possui “baixa *performance* na resposta aos problemas que lhe são reportados”. Atualmente, o índice de satisfação está pontuado em 17,8 em 100, com uma taxa de resposta de 13,3% e uma taxa de solução de 14,9%.

“Pragmatismo”

Na avaliação de Pedro Góis, diante da situação da AIMA, o Governo decidiu optar pelo “pragmatismo” para resolver os problemas. “É um pragmatismo da execução de políticas públicas que me parece necessário ter. E olhando para os cacos que existiam no final do SEF e no final do ACM, esta priorização de tarefas foi, sim, um ponto inicial importante. Ainda assim, nem tudo o que foi pensado está já executado. Positivo seria de já tivessem resolvido todas as questões”, destaca.

Ficou de fora deste “pragmatismo” – e das ações deste primeiro ano do próprio Plano de Ação para as Migrações – o reagrupamento familiar. O próprio primeiro-ministro, Luís Montenegro, já referiu publicamente, em mais de uma ocasião, que o reagrupamento familiar era uma prioridade, mas isso ainda não se vê no terreno.

Filipa Santos Costa, com quase 20 anos de prática nesta matéria, considera “escandalosa” a situação. “Não se compreende, para mais quando no Governo identificou no plano para as migrações que deve ser dada prioridade ao reagrupamento familiar. Eu pergunto: onde é que isso se viu neste ano? Porque eu continuo sem conseguir agendar ninguém para reagrupamentos familiares”, critica a profissional.

Neste momento, quem está com o cônjuge fora de Portugal não consegue vagas para reagrupar. Nem mesmo o direito está a funcionar para os que possuem filhos em território nacional, conforme era a prioridade do Governo. De acordo com dados do próprio ministério, há 10.451 casos de reagrupamento familiar por resolver, com taxas já pagas, mas sem agendamento ou previsão.

“O reagrupamento familiar tem

“O reagrupamento familiar tem de ser uma prioridade, em qualquer caso. Não vejo outra forma. Tinha de ser no passado, tem de ser no presente e terá de ser no futuro.”

“Já tenho falado com esposas (...), via WhatsApp, para lhes explicar que é mesmo verdade, estamos há dois anos e tal a tentar fazer um agendamento para elas se juntarem ao marido. As pessoas não acreditam, isto é surreal.”

“Não podemos criar mais Estruturas de Missão, tem de ser a AIMA a internalizar essas prioridades, com sistemas informáticos eficientes, e isso mostra aquilo que muitos de nós temos dito ao longo do tempo, que é necessário mais recursos nesta área das migrações.”

de ser uma prioridade, em qualquer caso. Não vejo outra forma. Tinha de ser no passado, tem de ser no presente e terá de ser no futuro, porque sem reagrupamento familiar a integração fica sempre incompleta”, avalia Pedro Góis.

Filipa Santos Costa diz que “é visível” que os imigrantes que atende estão “deprimidos por estarem longe das suas famílias” e que há casos de divórcio por conta disto. “Eu, ainda estes dias, tive uma situação em que finalmente

conseguimos um agendamento para reagrupamento familiar de um cliente com a esposa. Eu li-guei toda contente ao cidadão a dar-lhe esta boa notícia, mas ele disse-me que o casamento já terminou, porque a esposa não acreditava que tenha demorado dois anos e meio para conseguir um agendamento”, relata a advogada.

Segundo a profissional, para quem está fora de Portugal, “é mesmo muito difícil de acreditar” que seja praticamente impossível conseguir uma vaga na AIMA. “Já tenho falado com esposas – porque normalmente são os maridos que vêm primeiro e depois querem trazer a família – para lhes explicar que é mesmo verdade, que estamos há dois anos e tal a tentar fazer um agendamento. As pessoas não acreditam, é surreal”, sublinha.

Questionado pelo DN sobre este assunto, o ministro não é portador de boas notícias aos imigrantes à espera de estarem perto das suas famílias. “É necessário fazer uma regulação que seja mais verdadeira nas expectativas da comunidade, sobre a cadência de abertura de vagas e possibilidades, em linha com a capacidade de integração da sociedade portuguesa. Não vai haver, nem no reagrupamento familiar, nem na CPLP, uma nova manifestação de interesse para pressão das vagas”, respondeu Leitão Amaro. O reagrupamento familiar é um direito previsto na lei portuguesa e também nas diretrizes da União Europeia (UE), da qual Portugal faz parte.

82,5 milhões de euros de receita

As renovações e outras pendências que ainda existem vão ser assumidas, por enquanto, pela *task force*. No entanto, o trabalho termina a 31 de dezembro. “Não podemos criar mais Estruturas de Missão, tem de ser a AIMA a internalizar essas prioridades, com sistemas informáticos eficientes, e isso mostra aquilo que muitos de nós temos dito ao longo do tempo, que é necessário mais recursos nesta área das migrações”, pontua Pedro Góis.

De acordo com o mesmo balanço ontem apresentado, só os processos da Estrutura de Missão geraram uma receita de 82,5 milhões de euros, valor superior mais de duas vezes aos 25 milhões investidos inicialmente pelo Governo na criação da Estrutura de Missão.

amanda.lima@dn.pt

“Neste momento, PS tem de ter paz interna para vencer as autárquicas”

ELEIÇÕES NO PS Álvaro Beleza apoia José Luís Carneiro para líder dos socialistas. Diz que tem o perfil certo para unir o partido e avançar com uns “estados gerais” que permitam criar uma “alternativa sólida, ambiciosa e com visão”. Sobre Pedro Nuno, diz que ainda é “muito novo”.

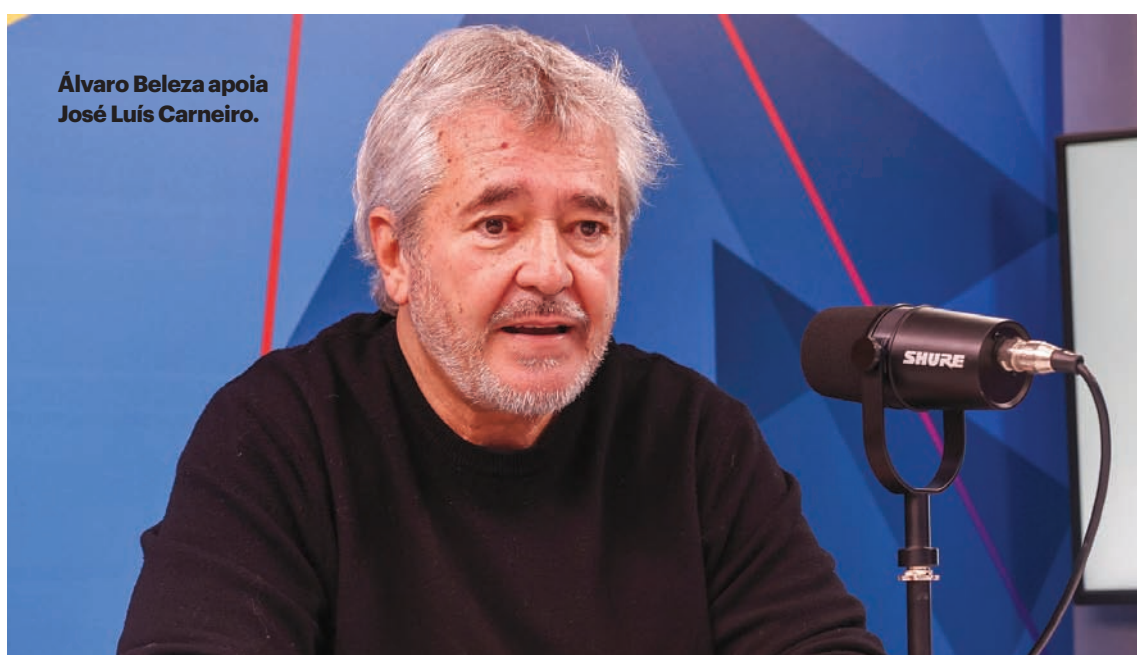
TEXTO **FILIPE ALVES**

O militante socialista Álvaro Beleza defende que o PS deve estar focado em garantir a “paz interna” necessária para poder dar aos seus candidatos as “condições para ganharem a batalha” nas eleições autárquicas. “Estou certo de que o PS resistirá bem no mês da comemoração da Primeira República, de que somos herdeiros”, disse o também presidente da SEDES, em declarações ao DN.

Álvaro Beleza, que integra a ala moderada do PS, juntamente com figuras como António José Seguro, Francisco Assis e Sérgio Sousa Pinto, apoia José Luís Carneiro para a liderança do partido, frisando que teria sido mais fácil ao candidato “ficar no sofá em reflexão”.

“José Luís Carneiro tem o perfil certo de secretário-geral para o período que o PS tem pela frente, para unir e agregar, ouvir antes de falar, respeitar todas as sensibilidades e preparar o partido para as autárquicas e depois as presidenciais”, defendeu.

Por último, acrescentou, será



Álvaro Beleza apoia José Luís Carneiro.

importante “organizar em 2026 e 2027 uns estados gerais que abram a sociedade civil e em modo descentralizado no território, regiões e diáspora, que possam ser fórum de debate, catar-se e criação de uma alternativa sólida, ambiciosa e com visão para um país com crescimento

económico pujante que seja partilhado por todos sem exclusões e com os valores que nos norteiam há séculos, de humanismo, liberdade e fraternidade”.

Pedro Nuno ainda “é muito novo e tem muito para dar”

Nas últimas eleições internas,

em dezembro de 2013, Álvaro Beleza e o seu “grupo dos moderados” apoiaram a candidatura de Pedro Nuno Santos, que derrotou José Luís Carneiro por 61% contra 37%. Na altura, a decisão de Beleza e Assis de apoiar Pedro Nuno – associado à ala esquerda do partido – foi interpretada

como uma aliança que convinha aos dois lados.

Sobre o líder demissionário, Álvaro Beleza considera que Pedro Nuno Santos ainda “é muito novo e tem muito para dar a Portugal”. O partido deve ser “grato” e ter “respeito” por Pedro Nuno Santos, agradecendo a sua “coragem, energia e autenticidade”.

Carneiro apresenta candidatura à liderança do PS no dia 7 de junho

José Luís Carneiro vai apresentar a sua candidatura à liderança do PS a 7 de junho, numa declaração pública agendada para a sede nacional, no Largo do Rato, em Lisboa. Até agora único candidato declarado a novo secretário-geral do PS, depois de Pedro Nuno Santos se ter afastado, na sequência da pesada derrota nas legislativas de 18 de maio, que levou à redução do grupo parlamentar de 78 para 58 deputados, Carneiro defenderá a ideia de “ouvir e dar voz às pessoas, ao serviço de Portugal”.

Com a votação, reservada aos militantes, marcada para 27 e 28 de junho, Carneiro irá percorrer Portugal na campanha interna, aproveitando para estar ao lado dos candidatos autárquicos do partido. As autárquicas serão disputadas em data ainda indefinida, entre o final de setembro e o início de outubro, constituindo o primeiro grande teste ao líder.

A data-limite para apresentar candidaturas a secretário-geral será 12 de junho, mas até agora só o professor universitário e comentador Miguel Prata Roque admitiu enfrentar o antigo ministro da Administração Interna nas eleições diretas. **Com L.R.**

Marques Mendes inicia “Causas da Presidência” a debater defesa europeia

PRESIDENCIAIS Candidato arranca hoje com os seus “estados gerais”, com um debate sobre “Europa, Defesa e Segurança”. A professora universitária Raquel Vaz Pinto coordena os trabalhos, contando com personalidades como Isabel Mota, João Vieira Borges, Leonor Barroso e Sandra Dias Fernandes.

TEXTO **FILIPE ALVES**

A candidatura presidencial de Luís Marques Mendes inicia hoje as Causas da Presidência, uma forma de “estados gerais” onde vão ser debatidos os grandes temas do país. A primeira sessão terá como tema “Europa, Segurança e Defesa” e terá lugar esta terça-feira, com a coordenação da professora universitária Raquel Vaz Pinto.

O arranque dos “estados gerais” de Marques Mendes ocorre poucos dias depois de o PSD decidir dar-lhe apoio formal e de o almirante Gouveia e Melo ter apresentado a sua candidatura. As sondagens apontam o almirante na reserva como favorito, mas a candidatura de Marques Mendes aposta numa passagem à segunda volta, onde possa obter um apoio mais alargado.



Luís Marques Mendes
Candidato presidencial

Participam na discussão o general e professor de estratégia João Vieira Borges, Isabel Mota (ex-presidente da Fundação Gulbenkian), Cátia Moreira de Carvalho (investigadora), João Tiago Gaspar (diretor de conteúdos e relações internacionais da Fundação Francisco Manuel dos Santos), João Vaz Tomé (diretor de Relações Internacionais da APED), Leonor Barroso (profes-

sora universitária), Ricardo Borges de Castro (analista de Assuntos Europeus e Internacionais), Sandra Dias Fernandes (professora da Universidade do Minho) e Ana Santos Pinto (professora da Universidade Nova). Na sessão, que vai decorrer à porta fechada, estarão também o candidato presidencial Luís Marques Mendes e o coordenador-geral das Causas da Presidência, Poiares Maduro.



Ao que tudo indica, Aguiar-Branco voltará a ser presidente do Parlamento, que hoje inicia funções.

Chega não terá candidato a presidente do Parlamento

ELEIÇÃO André Ventura anunciou que não será bloqueio à recondução de Aguiar-Branco no cargo. Partido vai mudar de líder parlamentar, ao contrário do Livre, que reelegeu Isabel Mendes Lopes.

TEXTO RUI MIGUEL GODINHO

O Chega não vai apresentar uma candidatura à presidência da Assembleia da República. O anúncio foi feito ontem, no Parlamento, pelo líder do partido, André Ventura, dias depois de ter sido noticiado que os dois partidos com mais deputados estavam a “negociar” para “acertar” a eleição de Aguiar-Branco, que já foi proposto pelo PSD como candidato e que terá assim via aberta para a reeleição (*ler mais na última página*).

Anunciada também foi a mudança de líder parlamentar, cargo que desde 2022 era ocupado pelo deputado Pedro Pinto.

O novo nome será anunciado em breve, disse Ventura. A decisão, justificou, surge porque “vai existir um Governo sombra” feito pelo Chega, que vai funcionar em “plena harmonia” com o grupo parlamentar e cujo trabalho servirá para “fiscalizar” o Executivo em funções e “intervir” em áreas como a saúde ou a habitação.

Por isso, na próxima quarta-feira, o partido terá uma reunião na qual vai decidir quem vai presidir à bancada parlamentar, que deverá corresponder às “exigências” de liderar a oposição ao Governo de PSD e CDS.

Além disso, André Ventura anunciou que o Chega vai propor “dois debates de urgência” mal se iniciem os trabalhos no Parlamento. Segundo o líder do partido, o debate mais prioritário será sobre a “má gestão da Saúde” no país. A situação é “verdadeiramente gritante” e, agora que é o segundo maior partido no Parlamento, Ventura quer que o plenário dê um “sinal urgente” ao Governo para mostrar que a Saúde não foi bem gerida ao longo do último ano.

Chega define Saúde e votos dos emigrantes como prioridades. Já o Livre vai avançar com uma CPI à gestão do apagão e vai fixar ordem do dia sobre regulamentação da publicidade ao jogo.

Ventura acrescentou ainda que o Chega vai levar a plenário o tema das votações na emigração, onde há uma grande percentagem de votos inválidos. Por isso, há que “mudar” o sistema para “resolver” esta questão.

Livre avança com CPI à gestão do apagão

Já o Livre vai avançar, no primeiro dia de trabalho parlamentar (que acontece esta terça-feira), com uma proposta para se criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) à gestão do apagão energético de 28 de abril. A intenção do partido é “apurar as causas e os efeitos” do episódio.

Além disso, o partido avançará com mais duas propostas: um projeto para tentar que o Governo reconheça o Estado da Palestina e outro para levar à regulamentação do Fundo de Emergência para a Habitação – que já foi aprovado, mas não foi regulamentado, e “já poderia ter ajudado as famílias em cerca de 100 milhões de euros”.

Anunciada pelo Livre foi, também, a reeleição de Isabel Mendes Lopes como líder da bancada parlamentar do partido (que passou de quatro para seis deputados nesta legislatura).

PCP quer salário mínimo de 1000€ em julho

O PCP vai propor hoje, no primeiro dia da nova legislatura, a fixação do salário mínimo nacional nos 1000 euros em julho e um aumento máximo de 2% nos novos contratos de arrendamento, anunciou ontem a líder parlamentar do partido.

Em conferência de imprensa na Assembleia da República, Paula Santos apresentou as cinco primeiras iniciativas legislativas que o partido vai entregar

nesta legislatura e que, segundo disse, visam responder aos “problemas prementes” nos “salários, pensões, saúde, habitação e paz”.

Entre essas medidas, consta um projeto de lei para limitar o aumento das rendas em novos contratos, cujo valor máximo de atualização passaria a ser de 2%, “caso nos últimos cinco anos tenha vigorado um único contrato”.

DN/LUSA

Pedro Nuno Santos assume mandato “para já”

O ex-secretário-geral do PS Pedro Nuno Santos vai assumir, “para já”, o mandato de deputado na Assembleia da República, confirmou o próprio à Lusa.

Pedro Nuno Santos demitiu-se da liderança do PS na sequência da derrota eleitoral das legislativas, logo na noite das eleições, tendo então afirmando estar a avaliar se iria continuar como deputado.

Ontem, à Lusa, Pedro Nuno Santos confirmou que, “para já”, vai assumir o man-

dato de deputado na nova legislatura.

Na Comissão Política do PS de 24 de maio, na qual deixou a liderança do partido, o antigo secretário-geral do PS afirmou que a sua “vida política partidária” terminara, assegurando não estar arrependido do chumbo da moção de confiança ao Governo por considerar que, “numa democracia avançada”, Luís Montenegro não seria primeiro-ministro depois do caso Spinumviva.

DN/LUSA

PUB



Comunicado

Reabilitação do Viaduto sobre a Ribeira do Fontão, no Sublanço Aveiro Sul – Albergaria (A1)

Durante os meses de junho de 2025 a agosto de 2026

A BCR - Brisa Concessão Rodoviária, S.A. informa que irá efetuar obras de Reabilitação no Viaduto sobre a Ribeira do Fontão, localizado entre o km 244+820 e o km 245+072, no sublanço Aveiro Sul - Albergaria (A1/IP5), da A1-Autoestrada do Norte, pelo que irão existir constrangimentos, por meio de implementação de cortes de via e/ou basculamentos de tráfego.

A duração dos trabalhos ocorrerá em catorze meses.

A Brisa agradece antecipadamente a compreensão e colaboração dos automobilistas e espera contribuir para reduzir eventuais inconvenientes decorrentes desta operação, estando certa de que os possíveis incómodos serão largamente compensados pelo nível de qualidade, segurança e conforto que resultam de uma autoestrada melhor adaptada às necessidades de quem a utiliza.

Para informação de trânsito atualizada poderá consultar o site www.brisaconcessao.pt.

Patrícia Gonçalves

“Não é uma revisão constitucional que vai resolver os problemas do país”

ESTREIA Desde 2014 no Livre, e com experiência no Executivo Municipal de Lisboa, a professora universitária torna-se agora deputada. Ciência e tecnologia serão as prioridades para o mandato que assume.

TEXTO RUI MIGUEL GODINHO FOTO PAULO SPRANGER

Como é que uma cientista da área da Física chega a deputada na Assembleia da República?

São percursos paralelos. Sou doutorada em Física, trabalho na área da Física de Partículas e das suas aplicações, que é a área em que tenho trabalhado mais nos últimos 20 anos, e sou professora catedrática no Instituto Superior Técnico. Além disso, o laboratório onde trabalho, o LIP – Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas, tem como missão fazer a ligação ao CERN, em Genebra, na Suíça. Em 2014 [ano de fundação do Livre] houve uma movimentação das pessoas da minha geração para tentarmos ter uma força nova na política portuguesa, que conseguisse dar esperança e que fosse uma força de esquerda e europeísta, que não é uma área simples para os partidos à esquerda do Partido Socialista. Nessa altura, senti necessidade de me envolver, porque o período era crítico. Tínhamos tido uma crise económica e a *troika*. Era importante ajudar a encontrar soluções para o país, com uma forma diferente de fazer política. Nessa altura, juntei-me ao Livre, e desde aí que participei sempre na construção do partido, fazendo parte do grupo de contacto [órgão executivo do partido] durante três mandatos. Desde 2022, sou coordenadora da Mesa da Assembleia, que é o

órgão que toma as decisões políticas não-previstas na estratégia aprovada em Congresso.

Ainda que tenha experiência passada enquanto deputada municipal em Lisboa, entre 2017 e 2021, e seja vereadora em substituição no Executivo Camarário, estreia-se na Assembleia da República. Que expectativas tem para um mandato com um Parlamento claramente à direita?

É uma preocupação. Gostaria de ter entrado num mandato em que fosse possível, realmente, pôr as nossas ideias cá fora e mudar o país de uma forma mais estrutural. Estando na oposição,

“A ficarem apenas no papel, preferimos que as nossas propostas sejam apropriadas e postas em prática por outros. Se assim for, ajudam a melhorar a vida das pessoas.”

agora com seis deputados, numa Assembleia da República com uma maioria de direita, vai ser mais difícil conseguirmos fazer valer as nossas ideias e aprovar as nossas propostas. Mas estamos cá para isso e esperamos conseguir fazermos-nos ouvir. Exemplo disso é o Passe Ferroviário Nacional, que foi uma proposta do Livre aprovada há dois mandatos [quando o partido só tinha um deputado, o porta-voz Rui Tavares]. Isso mostra que é possível que boas ideias sejam apropriadas por outras forças políticas e aplicadas, como aconteceu neste caso, com o PSD – na campanha, até se enganaram no nome e chamaram-lhe “passe rodoviário”. A ficarem apenas no papel, preferimos que as nossas propostas sejam apropriadas e postas em prática por outros. Se assim for, ajudam a melhorar a vida das pessoas. Isso, para nós, é muito importante.

Um dos temas que tem marcado este período do pós-eleições é a questão da revisão constitucional. O Livre já disse não ser a favor, considerando que é “atirar gasolina para o fogo”. Enquanto deputada estreante, qual é a sua perspetiva?

Se fosse pelo Livre, não avançaria. Mas não nos cabe a nós decidir isso. O processo vai ser aberto, porque a Iniciativa Liberal já entregou um projeto nesse sentido. A responsabilidade de como o



processo vai decorrer é inteiramente deles e é a IL que tem de decidir como é que tudo vai decorrer. Na minha opinião, devem garantir que, indo o processo para a frente, é democrático e é participado pelas forças à direita e à esquerda no Parlamento. Preocupa-nos muito que, por causa das maiorias conjunturais que temos neste momento na Assembleia da República, possam ser feitas negociações sobre a revisão constitucional apenas com as forças à direita. Mas esperamos que a AD, até para o seu próprio bem, não caia nesse erro. **Como deve então posicionar-se a esquerda, que à exceção do Livre está em queda, para tentar salvaguardar direitos?**

O que os partidos decidirão, não me cabe a mim dizer. A postura do Livre é construtiva. Obviamente, nós achamos que não pode haver perda de direitos consagrados na Constituição. Também entendemos que tudo o que a direita tem querido fazer com o

setor privado não tem ido para a frente porque a Constituição não o permite. É um falso problema colocar isto à frente das prioridades do país, até porque não foi tema na campanha eleitoral e não será certamente um tema para as pessoas. Compreende-se que a IL queira ganhar relevância, é natural, daí terem iniciado o processo – até porque o número de deputados da IL e da AD não é suficiente para uma maioria no Parlamento. A meu ver, tiveram de procurar uma forma de mostrar relevância e tomar posição. Pensamos que a razão é essa. Mas não é uma revisão constitucional que vai resolver os problemas do país, que existem na Saúde, na Educação ou a falta de habitação. Ou, por exemplo, a falta de soluções práticas para um jovem que tenha acabado a licenciatura e que queira encontrar casa num sítio como Lisboa, levando-os a emigrar. Isto é um problema enorme que é preciso abordar e encarar de frente, e não



é a revisão constitucional que o vai resolver.
Se pudesse escolher algumas áreas prioritárias para intervenção, durante o seu mandato, quais destacaria?
Eu sou da ciência. O que eu tenho feito durante a minha vida é fazer investigação científica e também gerir grupos que desenvolvem trabalho científico. Neste momento, é muito importante para mim reforçar, de facto, o financiamento para a Ciência. Há muitas maneiras de dizer que se reforçaram as verbas para a Ciência. Se se questionar Fernando Alexandre, ministro da Educação, Ciência e Ciência Superior, ele dirá que aumentou o financiamento, mas, factualmente, a verba para a Fundação para a Ciência e Tecnologia [FCT] diminuiu. O que aconteceu foi o seguinte: houve recurso a financiamento europeu, em programas de financiamento europeu, como o Compete 2030 e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

Patrícia Gonçalves é professora catedrática no Instituto Superior Técnico. Membro do Livre desde 2014, torna-se agora deputada. Estreando-se na Assembleia da República, tem experiência no poder local.

“Tudo o que a direita tem querido fazer com o setor privado não tem ido para a frente porque a Constituição não o permite. É um falso problema colocar isto à frente das prioridades do país.”

(FEDER), e de financiamento regional. Com isso, é anunciado um aumento no bolo de verbas para os projetos científicos. Mas, no fundamental, muitos destes não conseguem ser financiados por aí. Assim, a ciência e tecnologia passou a ter uma verba de 55 milhões de euros, ao passo que nos anos anteriores tinha tido 75. Ou seja: para projetos de ciência mais pura, o financiamento diminuiu. Para coisas mais aplicadas, que estivessem de acordo com as Estratégias de Especialização Inteligente (S3) para as regiões, conseguia-se financiamento. Mas isso não é financiar ciência. É financiar aplicação de ciência, na maior parte das vezes. Acho, portanto, que é fundamental aumentar bastante, para cerca de 10% por ano, o financiamento para esta área. Assim, conseguimos atingir os 3% a nível total de financiamento público e privado, partilhado em partes iguais, até 2030. Isso é fundamental. Claro que vai ser difícil nesta configuração parlamentar. Mas acho fundamental porque não podemos continuar a dizer que queremos um setor tecnológico e de inovação em Portugal sem estimular, a montante, a produção de conhecimento, que depois vai ser aplicado fora, perdendo assim as pessoas que estamos a formar no nosso sistema científico.

É também forma de fixar a chamada “geração mais qualificada de sempre”?

É verdade que sempre houve emigração, e se formos ver os números não há um pico, neste momento. Mas a questão é que há muita gente qualificada a sair porque estamos a formar mais, e estas são pessoas essenciais para transformar não só a ciência em Portugal como a própria economia. As pessoas que saem teriam ideias que podiam pôr em prática e colocar cá fora aquilo que conhecem. No fundo, haveria uma transferência de conhecimento para a sociedade. Estas pessoas saem e acabam por não voltar. Atenção: não tenho nada contra a saída. Sempre trabalhei em colaborações internacionais, mas acho que o país precisa de massa crítica de pessoas a esse nível. Isto é uma parte. Depois, uma das razões por que foi dramático o concurso de projetos de que falei há pouco tem a ver com a estabilidade no setor científico. E essa também é parte da ciência, sobretudo de como se fazem as contratações.

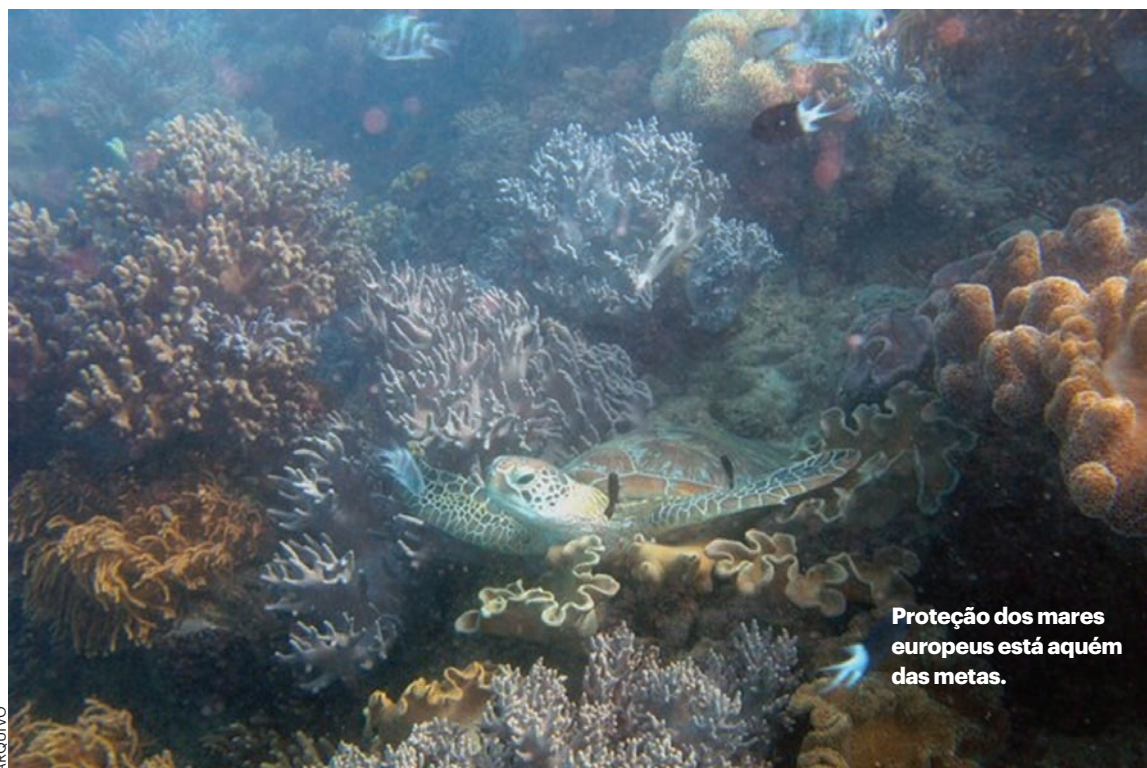
▼
nova edição
Já nas bancas



moda . beleza . saúde
treino . nutrição
viagens . carreira

A revista que a ajuda
a viver de forma saudável





ARQUIVO

Atraso na proteção de áreas marinhas

AMBIENTE Portugal tem 19,1% das suas áreas marinhas protegidas, mas faltam planos de gestão ativos. Relatório denuncia atraso: apenas 2% dos mares da UE estão protegidos, longe da meta de 30% até 2030.

TEXTO **RUI FRIAS**

A cinco anos do prazo fixado pela Estratégia de Biodiversidade da União Europeia (UE) para proteger pelo menos 30% da sua área marinha — com 10% sob proteção estrita — um novo relatório do Fundo Mundial para a Natureza (WWF, na sigla inglesa) traça um cenário preocupante e revela que os Estados-membros estão dramaticamente atrasados: apenas 2,04% dos mares da União Europeia se encontram efetivamente protegidos, com planos de gestão ativos. “Uma gota no oceano”. E Portugal, apesar de avanços recentes, não escapa aos reparos.

Segundo o relatório “Protecting and restoring our seas: Europe’s challenge to meet the 2030 targets”, a maioria das Áreas Marinhas Protegidas (AMP) na UE são “protegidas apenas no papel”, permitindo a continuação de atividades nocivas como pesca industrial ou extração de recursos, muitas vezes sem fiscalização adequada,

devido à falta de planos de gestão ativos nessas áreas.

No caso português, a WWF evidencia um paradoxo. Oficialmente, a cobertura de áreas marinhas protegidas em Portugal está hoje nos 19,1% — um valor alavancado pela criação, no final de 2024, da maior rede de áreas marinhas protegidas da Europa, nos Açores. A isso somam-se a expansão da reserva das Selvagens e a designação da Área Marinha Protegida da Pedra do Valado, na costa algarvia, um parque natural de cerca de 156 km² reconhecido pela sua elevada biodiversidade e com cerca de 900 espécies identificadas. No entanto, quase todas estas novas áreas ainda carecem de planos de gestão efetivos, o que compromete a sua função real na proteção da biodiversidade marinha, aponta a WWF Portugal.

“Portugal alberga ecossistemas marinhos de enorme valor, essenciais para a biodiversidade e a resiliência climática”, afirma Rita Sá,

coordenadora de Oceanos e Pescas da WWF Portugal. “Investir em AMP bem geridas e numa rede ecológica coerente é crucial para garantir um oceano saudável e o futuro das comunidades costeiras”, acrescenta, citada em comunicado.

A análise salienta ainda problemas estruturais na forma como os dados são recolhidos e apresentados. Em Portugal, por exemplo, a incompatibilidade entre bases de dados levou à omissão de várias AMP nos Açores e na Madeira, que já constam de fontes nacionais e internacionais. Mesmo considerando a estimativa mais generosa — 4,5% de áreas com gestão em vigor — Portugal continua aquém dos requisitos mínimos.

O relatório destaca duas outras falhas graves nas Áreas Marinhas Protegidas atuais, além da ausência de planos de gestão. “Em primeiro lugar, há uma diferença marcante nas ambições dos Estados-membros: apenas oito apresentaram formalmente compromissos de biodiversidade relacionados com áreas protegidas — e Portugal continua fora desta lista”, constata a WWF. “Em segundo lugar, os dados fornecidos pelos Estados-membros da UE são frequentemente inconsistentes, atrasados e incompletos”, acrescenta.

A proporção de áreas marinhas da UE designadas como AMP com planos de gestão varia amplamente entre países, com a França nos 3,14%, Espanha ainda mais abaixo com 0,85%, e a Alemanha com 16,89%. A Bélgica lidera o ranking com 35,04%, enquanto a Grécia, Croácia e Irlanda, entre outros, apresentam rotundos 0%. Mais: “importa referir que esta análise não avalia a eficácia desses planos de gestão”. Ou seja, em alguns casos, os planos podem simplesmente refletir “mais do mesmo”, sem quaisquer esforços de conservação desde a designação das AMP.

A publicação do relatório antecede dois momentos cruciais: o lançamento do Ocean Pact pela Comissão Europeia e a Conferência dos Oceanos da ONU (UNOC 3), em Nice. A WWF apela à Comissão Europeia e aos Estados-membros para que “intensifiquem os esforços de proteção e restauro da biodiversidade marinha em todos os mares da UE.

Com apenas cinco anos pela frente, o tempo está a esgotar-se.

A proporção de áreas marinhas protegidas na UE com planos de gestão varia amplamente entre países, com a França nos 3,14%, Espanha apenas 0,85%, e a Alemanha com 16,89%. A Bélgica lidera o ranking com 35,04. Portugal andará pelos 4,5%, segundo a WWF.

Protesto no aeroporto vai ser investigado

Os quatro ativistas detidos no domingo em Lisboa durante a ação popular “Parar os Aviões” foram informados pelo Ministério Público (MP) que foi aberta uma investigação e não serão julgados em processo sumário, revelou o movimento Climáximo.

Em declarações à Lusa no Campus de Justiça de Lisboa, a porta-voz do movimento ambientalista, Mariana Rodrigues, adiantou que não foi agendado julgamento sumário e que vai haver “um inquérito para se perceber” o que aconteceu no domingo junto ao Aeroporto Humberto Delgado, em Lisboa.

Questionada sobre se os arguidos, que não chegaram a prestar declarações, pertencem ao Climáximo, a fonte precisou que são quatro pessoas que participavam na manifestação.

Cerca de meia centena de pessoas manifestaram-se no domingo à tarde junto ao aeroporto de Lisboa contra esta infraestrutura “altamente poluente” e pelo fim dos voos particulares e de curta distância, segundo a associação. A iniciativa teve início às 15h00 com uma concentração na Rotunda do Relógio, seguida de uma marcha em direção ao aeroporto.

Aquando da chegada à zona aeroportuária, os ativistas viram-se impedidos pela PSP de terminar a sua ação de protesto no átrio do aeroporto, acabando por se sentar na estrada de um dos acessos, mas sem pôr em causa as partidas e chegadas dos passageiros.

Os detidos são dois homens e duas mulheres, com idades compreendidas entre os 20 e os 42 anos.

DN/LUSA

Penal máxima para homem que matou duas mulheres no Centro Ismaili

JUSTIÇA Presidente do coletivo de juizes considerou que o arguido era imputável e condenou-o a 25 anos de prisão por sete crimes.

O Tribunal Central Criminal de Lisboa considerou ontem imputável o homem que confessou ter matado, em 2023, duas mulheres no Centro Ismaili, em Lisboa, e condenou-o à pena máxima de 25 anos de prisão. Nas alegações finais, o Ministério Público tinha defendido que Abdul Bashir, de 30 anos, é inimputável e pedido que este fosse internado, e não preso, por um mínimo de três anos.

O crime remonta a 28 de março de 2023 e as vítimas foram duas mulheres, de 24 e 49 anos, que trabalhavam no serviço de apoio aos refugiados do Centro Ismaili.

Abdul Bashir, de nacionalidade afegã, foi considerado culpado de sete dos 11 crimes de que estava acusado: dois de homicídio agravado, três de homicídio na forma tentada, um de resistência e coação sobre funcionário e um de detenção de arma proibida.

Na leitura do acórdão, a presidente do coletivo de juizes justificou a decisão do tribunal com a perícia de um psicólogo forense, que foi “sustentada pela prova produzida” e que é discrepante da do médico psiquiatra que tinha sido



O ataque no Centro Ismaili teve lugar em março de 2023.

invocada pelo Ministério Público nas alegações finais. “O arguido não tinha qualquer doença que, no momento da prática dos factos, lhe condicionasse a sua vontade ou que o fizesse não perceber o que era certo ou errado e, por isso mesmo, [o tribunal] entendeu que era imputável”, sublinhou.

O Tribunal Central Criminal de Lisboa condenou ainda Abdul Bashir a pagar mais de 300.000 euros em indemnizações.

Até agora em internamento preventivo, o arguido vai passar para prisão preventiva enquanto

aguarda que a decisão desta segunda-feira se torne definitiva, com o chamado trânsito em julgado do acórdão.

Na leitura da decisão, a presidente do coletivo de juizes elogiou ainda o trabalho dos polícias que travaram com um tiro na perna Abdul Bashir, “metendo de parte o instinto de sobrevivência que os podia ter feito atuar de outra forma”.

Aos familiares das vítimas mortais, disse esperar que “a fé os conforte”.

DN/LUSA

157 mortos nas estradas desde janeiro

Mais de 57 mil acidentes rodoviários (57.312) ocorreram nas estradas portuguesas nos primeiros cinco meses do ano, dos quais resultaram 157 mortos, menos 26 comparativamente ao mesmo período de 2024, revelou ontem a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR). De acordo com o relatório diário de sinistralidade da ANSR, foram ainda registados em todo o país 960 feridos graves e 16.502 feridos ligeiros.

Comparando com o mesmo período de 2024, verificaram-se menos 16 acidentes, menos 26 vítimas mortais, menos 960 feridos graves e menos 16.502 feridos ligeiros. Segundo os dados, o maior número de acidentes ocorreu no distrito de Lisboa (10.359), seguido do Porto (9.585), Aveiro (4.450) e Braga (4.285). No que respeita a vítimas mortais, os distritos de Lisboa e do Porto registaram o maior número, com 19 mortos cada, seguidos de Santarém (18), Braga (15), Aveiro e Setúbal (13 cada).

BREVES

RECOLHIDAS 1878 TONELADAS DE ALIMENTOS

A campanha do Banco Alimentar Contra a Fome recolheu este fim de semana 1878 toneladas de alimentos em mais de 2000 superfícies comerciais do país, segundo avançou a instituição de solidariedade social. O Banco Alimentar revelou que esta recolha representa um acréscimo de 6,4% em relação à campanha homóloga de 2024, que angariou 1755 toneladas. “A adesão voltou a ser incrível. É muito gratificante poder contar com a participação de tantas pessoas que vão às compras e partilham alimentos com quem mais precisa”, disse a presidente da Federação Portuguesa dos Bancos Alimentares contra a Fome, Isabel Jonet.

PJ AJUDA A INTERCETAR NARCOSSUBMARINO

Um narcoss submarino foi intercetado no Brasil, numa operação conjunta da Polícia Federal brasileira, Polícia Judiciária portuguesa, Polícia Nacional espanhola e a Agência Antidrogas dos Estados Unidos (DEA). A embarcação era utilizada para transportar droga para a costa espanhola. O semisubmersível foi intercetado no sábado no estado brasileiro do Pará e, até ao momento, foram detidas cinco pessoas, embora não estejam excluídas outras detenções, uma vez que a investigação prossegue. A operação contou com a participação do Comando de Operações Táticas da Polícia Federal do Brasil, bem como com o apoio aéreo e marítimo.

Polícia alemã pede novas buscas por Maddie no Algarve

A polícia alemã pediu a realização de novas buscas no Algarve no âmbito do desaparecimento de Maddie McCann, há 18 anos, avançou a CNN Portugal. De acordo com esta estação de TV, as buscas deverão começar já hoje, numa operação que deverá decorrer entre a Praia da Luz, em Lagos, e uma das casas de Christian Bruckner, cidadão alemão que ali viveu durante um período coincidente com o

desaparecimento da criança britânica. Christian Bruckner – que nega qualquer envolvimento no desaparecimento da criança e nunca foi acusado pelas autoridades judiciais – está a cumprir uma pena de sete anos por outro crime cometido em Portugal em 2005, quando violou uma idosa no apartamento de férias desta na Praia da Luz, no Algarve, devendo ser libertado em setembro. S.F.

Ministério Público alerta para falsas propostas de trabalho ‘online’

O Ministério Público (MP) alertou para a existência de falsas propostas de trabalho online, através do envio de mensagens e de chamadas, e que têm como único objetivo enganar os candidatos e obter dinheiro das vítimas. Numa nota publicada ontem pela Procuradoria-Geral da República, o MP alerta que este tipo de esquema fraudulento tem feito muitas vítimas em Portugal, “incluindo jovens no

início de percurso profissional e desempregados que procuram trabalho” e sugere que devem ser ignoradas chamadas telefónicas ou mensagens escritas de números desconhecidos que dizem oferecer uma vaga de trabalho que não foi pedida e que consiste em tarefas muito simples e muito bem pagas. Anteriormente, o método mais utilizado por estes grupos criminosos eram anúncios nas redes sociais. DN/LUSA

● BREVES

Avaliação. Provas têm conteúdos não ensinado

A Fenprof alertou ontem que muitos alunos estão a ser avaliados em provas nacionais sobre conteúdos que ainda não aprenderam, porque as aulas ainda decorrem ou porque passaram o ano sem professor. No dia em que arrancou a terceira e última semana das provas de Monitorização e Aprendizagem (Moda), que vieram substituir as provas de aferição, a Federação Nacional dos Professores voltou a enumerar problemas que já tinha identificado, como alunos sem aulas, problemas técnicos com computadores e redes informáticas ou “sobrecarga de trabalho dos docentes”. Mas agora alerta que “muitos alunos” mais novos, do 4.º ano, estão ser avaliados sobre matérias que ainda não aprenderam: uns porque o ano letivo só termina no final de junho, outros porque durante o ano não tiveram professor.

Aeronave colidiu com cabos de média tensão

A aeronave que na passada quinta-feira caiu em Alcácer do Sal (Setúbal), colidiu com cabos de uma linha de média tensão, segundo o Gabinete de Prevenção e Investigação de Acidentes com Aeronaves e de Acidentes Ferroviários. Numa nota informativa datada de 1 de junho, a que a Lusa teve acesso esta segunda-feira, o organismo nacional que investiga acidentes aéreos indica ter aberto um processo para averiguar as causas do acidente, que provocou ferimentos graves ao piloto, sendo depois publicado um relatório final. Na breve descrição da ocorrência feita neste primeiro documento, é já referido, contudo, que “a aeronave colidiu com dois dos três cabos de uma linha de média tensão posicionada perpendicularmente à trajetória”.

**Opinião
Fernanda Cândia****Quando danças com o diabo**

No seu discurso após serem conhecidos os resultados do círculo da emigração, André Ventura disse várias coisas, mas uma delas ficou a retinir-me nos ouvidos: “Quero mudar a alma do país”.

É uma frase de “efeito”, na qual não é certo que tenha refletido — o discurso esteve, como é costume na pessoa, cheio de gongoris-mos, estultícias e absolutas contradições — mas que merece atenção. É que não é todos os dias que um líder político se refere à “alma” de um país, ou seja à sua essência, natureza, espírito, caráter, como necessitando de mudança. Geralmente os líderes políticos, e mais ainda os populistas como Ventura, fazem o contrário: exaltam essa mesma alma (seja lá o que for) e assumem-se como os seus únicos intérpretes verdadeiros e fiéis, os seus arautos, oráculos, profetas. É aliás essa a definição do populismo; é a isso mesmo que este específico líder se refere quando proclama saber e dizer o que “as pessoas sentem”.

Ora se diz o que as pessoas sentem, o que significa que está “ligado”, conectado, à respetiva alma, por que haveria de querer mudá-la? Que defeitos lhe encontra? Que melhorias prognostica? A afirmação é ainda mais inusitada quando quem a profere passa a vida a invocar a sua religiosidade — o que terá de implicar que a palavra tem para si um cunho sagrado, transcendente. Como haveria então um homem, por mais escolhido, ungido, venturoso que se considere, de mudar algo que é simultaneamente da ordem da imanência e da transcendência? Não é isto praticamente uma blasfémia, tanto religiosa como política?

Bom, dir-me-ão, nada disto é para levar a sério — no mesmo discurso, Ventura disse que as vitórias não servem para esfregar na cara dos derrotados, quando

na noite das legislativas, dias antes, tinha iniciado o discurso nem mais nem menos assim: “Varremos do mapa a esquerda, ajustámos as contas com a história. Superámos o partido de Mário Soares, matámos o PCP de Álvaro Cunhal, varremos o BE do mapa”.

Sucede que sim, o que Ventura diz é para levar a sério porque é para levar a sério, muito a sério, aquilo que está a acontecer. É para levar muito a sério aquilo que o Chega, ou seja André Ventura, quer fazer, e o que quer fazer é algo que está muito menos nos seus sucessivos programas — os quais, recorde-se, passaram do liberalismo motosserrista à la Milei (o ministério da Educação era para extinguir e as escolas para “dar” a quem as quisesse, na saúde instaurava-se o princípio do

utilizador-pagador, o Código do Trabalho era para rasgar e o arrendamento para liberalizar ainda mais, etc) aos hinos ao Estado Social, mantendo sempre a ideia de cortar o mais possível os impostos e nunca explicando onde se vai buscar o dinheiro para o que se promete, ou seja, são não-importa-o-quê, apenas meios para um fim — e muito mais na sua praxis quotidiana.

E essa praxis é a da degradação, da brutificação, do enaltecimento da violência, da humilhação e da ameaça. É a praxis em que o líder apelida de “bandidos” uma família negra num bairro pobre por ser negra e pobre, exige uma medalha para um agente da PSP que matou um homem negro desarmado (Odair Moniz) à queima-roupa, calunia os imigrantes associando, sem qualquer fundamento factual (como o diretor da Polícia Judiciária fez questão de esclarecer), a imigração a insegurança e criminalidade, afixa cartazes em que faz equivaler os 50 anos da democracia — os únicos anos de democracia e liberdade política que este país conheceu — a “corrupção”.

A praxis pela qual o líder parlamentar do partido afirmou na TV, após a morte de Odair Moniz, que “se a polícia atirasse mais a matar, o país estava em ordem”.

A praxis em que o partido e o seu líder, que passam a vida a reclamar o direito à total liberdade de expressão, disparam processos contra comentadores, jornalistas e adversários políticos; Ventura pode chamar tudo a toda a gente, dizer que este e aquele deviam estar presos, mas aí de quem se lembre de o apelar, a ele ou ao partido, de racista, xenófobo ou outra coisa qualquer das muitas que podem, com toda a propriedade, ser-lhes imputadas.

Deixa tudo isto de ser verdade, deixa tudo isto de ser um perigo, deixa tudo isto de ser infrequen-

tável, inaceitável, deixa tudo isto de de dever ser, sem quartel, combatido por todos os que defendam o Estado de direito, o primado da lei, os direitos humanos, porque esta pessoa e este partido conseguiram muitos votos?

Trump ganhou as presidenciais americanas e teve até, ao contrário do que se passou em 2016, mais votos que a adversária. Isso significa que passa a ser uma pessoa respeitável? Que não constitui um perigo para os EUA e para o mundo? Que não é um autocrata que está metodicamente, mais a sua entusiástica trupe, a destruir a democracia americana?

E, sim, podemos mesmo falar de Hitler e de como o seu partido de 1928 a 1932 passou, em eleições livres, de 2,63% dos votos para 33%, de como em 1933 entrou para um governo de coligação e no fim do ano já ilegalizara todos os outros partidos — o resto sabemos todos (ou não, e se calhar é mesmo esse o problema).

Quando oiço ou leio gente a perorar sobre a “necessidade de normalizar o Chega” por causa do milhão e trezentos e tal mil eleitores que nele votaram, gostaria de que me explicassem o que querem “normalizar”: o racismo explícito? Os apelos à violência e à morte? O insulto e a calúnia como modo de fazer política? As constantes referências ao “antes do 25 de abril” como algo de mais desejável que o pós, ou seja, à ditadura e à miséria do Estado Novo como superiores à democracia e ao Estado Social?

A ideia é o quê, que se continuarem a fazer de conta que isso não é o que distingue o Chega dos outros partidos, o Chega muda?

Se dançares com o diabo, não mudas o diabo, ele muda-te a ti. E não é que não tenhamos sido avisados.

Jornalista

“

Na noite em que festejou os deputados ganhos no círculo da emigração, André Ventura disse: “Quero mudar a alma deste país”. O populista que se reclama conectado com “as pessoas” acha afinal que a respetiva essência precisa de melhoras. Não é que não tenhamos sido avisados,

Women's Health

REVISTA BIMESTRAL



ASSINE A WOMEN'S HEALTH PAPEL
APENAS ~~22,00€~~ 18,20€/6 EDIÇÕES

LIGUE 219249999

A ASSINATURA INCLUI A VERSÃO IMPRESSA. VALORES COM IVA INCLuíDO. CAMPANHA VÁLIDA PARA PORTUGAL ATÉ 20 DE JULHO DE 2025, NÃO ACUMULÁVEL COM OUTRAS EM VIGOR. VALOR DA ASSINATURA NÃO REEMBOLSÁVEL. PARA MAIS INFORMAÇÕES: APOIOCLIENTE@NOTICIASDIRECT.PT | 219249999 (DIAS ÚTEIS DAS 8H00 ÀS 18H00 - CHAMADA PARA A REDE FIXA NACIONAL).

Procura de viagens para o verão bate novo recorde. “Mais oferta houvesse, mais se vendia”, dizem agências

TURISMO Portugueses nunca compraram tantas viagens para o estrangeiro como na primeira metade deste ano. Procura cresce 15% face ao melhor ano de sempre, refere a Associação Nacional de Agências de Viagens. Caraíbas rouba clientes ao Algarve com preços mais aliciantes.

TEXTO RUTE SIMÃO

Nunca o apetite dos portugueses por viajar, principalmente para o estrangeiro, foi tão voraz. Com o verão à porta, os pacotes de férias para a época alta estão praticamente esgotados e quem não traçou antecipadamente planos para as semanas de descanso enfrentará agora desafios acrescidos para salvaguardar disponibilidade nos principais destinos de eleição do mercado nacional. “Há produtos que já estão esgotados, não há espaço nem lugares, infelizmente ou felizmente. Infelizmente porque a procura não está a ser devidamente coberta e felizmente porque a apetência por viajar é grande e confirma-se, mais uma vez, um novo recorde”, refere ao DN o presidente da Associação Nacional de Agências de Viagens (ANAV). Miguel Quintas refere que este “está a ser um ano fantástico” para as agências com as transações a crescerem cerca de 15% face a 2024, o que se traduzirá num novo máximo histórico de vendas. “Mais houvesse, em termos de soluções de destinos turísticos ou de quantidade de oferta para os clientes, e mais seria vendido. Não vendemos mais porque não há oferta”, assegura.

A procura para os meses de verão já começou cedo com o mercado interno a acorrer às agências para assegurar as melhores ofertas. Planear uma viagem, seja cá

dentro ou lá fora, está mais caro com os vários produtos a assumir um acréscimo “em linha com a inflação”, nota o responsável. Dos diversos serviços que compõem um pacote de férias, é nos hotéis onde mais se sente o aumento das tarifas. “É um bocado contraditório: como é que com a subida dos preços a procura também aumenta?”, começa por questionar Miguel Quintas, que responde de imediato: “É preciso perceber que viajar é uma necessidade quase básica. Diria que na Pirâmide de Maslow, que descreve as necessidades básicas do ser humano, viajar encontra-se na base, a par com a alimentação e com a segurança, por exemplo”. O líder da ANAV, que representa 85 agências de viagens do país atesta que dentro do orçamento familiar disponível as escapadinhas para lazer “são obrigatórias”.

“Os preços no Algarve podem rondar os 1500 euros por semana. Na República Dominicana variam entre os 1100 euros e os 1700 euros num cinco estrelas. É muito aliciante, não é?”

Caraíbas lideram preferências e roubam clientes ao Algarve

Na hora de fazer as malas e rumar a outro destino o que procuram os portugueses? “O bom, o bonito e o barato”, indica Miguel Quintas, sem hesitar. As Caraíbas, prossegue, é indiscutivelmente a região no top das preferências do mercado doméstico com o México, Cuba, República Dominicana e a Jamaica a ganharem cada vez mais adeptos por cá. “É um destino muito apreciado e até há poucos anos era muito difícil chegar lá com um preço competitivo - há uma década estava absolutamente fora do mercado. Atualmente, em épocas mais baixas, é possível encontrar pacotes a 750 euros ou 800 euros, o que é fantástico. Há sol, praias incríveis, água azul turquesa e bons equipamentos de hotelaria, sem contar com as diversas atrações. Para o bolso de um português médio não é barato, mas é acessível”, aponta. São exatamente os preços aliciantes que têm levado os residentes a optar por férias no estrangeiro. Olhando para o mapa nacional, e comparando custos, a fatura de uma semana a sul do país pode ser mais pesada do que atravessar o Atlântico e aterrar junto ao continente americano. “Os preços no Algarve podem rondar os 1000 euros ou 1500 euros por semana, na época alta. Na República Dominicana podem variar entre os 1100 euros e os 1700 euros para



FOTO: REINALDO RODRIGUES

[ficar alojado] num hotel de cinco estrelas. É muito aliciente, não é?”, compara. “Infelizmente, pela própria pressão da procura, os preços no Algarve sobem bastante no verão o que torna mais difícil a presença dos turistas portugueses”, prossegue.

O presidente da ANAV refere que além das Caraíbas também o norte de África e a Espanha se posicionam como destinos concorrentes de Portugal com ofertas mais apelativas na hora de pagar. “Não vou dizer que Portugal é mais caro, mas é menos competitivo face a outros destinos que oferecemos. Embora a hotelaria portuguesa seja verdadeiramente fantástica, terá de se ajustar àquela que é a procura e a oferta”, aconselha.

Otimismo para o réveillon

Depois do pico da procura para as férias de verão, as agências preparam-se para a segunda leva de vendas do ano. A partir de setembro começa a ser alinhada a operação réveillon e, a avaliar pelo comportamento do consumidor em 2025, as perspetivas tecem-se com otimismo. “Acredito que o final do ano vai ser mais um ponto alto das nossas vendas. A não ser que aconteça uma catástrofe, não vejo razões para que os portugueses não continuem a viajar”, antecipa. Para já, apenas a Madeira - recordista habitual de reservas na passagem de ano - já conta com pacotes vendidos. No que respeita ao perfil de cliente, a celebração que sucede o Natal faz-se com turistas de carteira



Miguel Quintas é presidente da Associação Nacional de Agências de Viagens (ANAV).

mais recheada. “O português com poder de compra médio só viaja quando o orçamento lhe permite e, por norma, essa escolha recai no verão. Há um pico no final de ano que é respondido por este segmento mais elevado”, aponta o representante das agências de viagens.

ANAV pede transparência à TAP sobre pagamentos a prestações

É a mais recente novidade da companhia de bandeira e foi anunciada mesmo às portas do verão. A TAP lançou um novo

“Temos de garantir que todos temos as mesmas ferramentas e não temos uma agência de viagens com uma pistola, enquanto a TAP tem uma metralhadora. Acaba por não ser equitativa a relação de concorrência”

modelo de pagamentos faseados, dirigido ao cliente final, e que oferece a possibilidade de pagar as viagens adquiridas na transportadora aérea em três prestações e sem juros, num acordo firmado com a rede de pagamentos Klarna. Miguel Quintas lamenta que a empresa liderada por Luís Rodrigues não tenha comunicado esta intenção previamente ao setor e afiança que esta “falta de transparência” pode estar a discriminar as agências de viagens. “Era bom que a TAP tivesse explicado exatamente o que é que está a fazer, nomeadamente se é a TAP que está a assumir esses custos, ou se são derivados de qualquer outro género de atividade que podem estar associados à TAP. Alguém tem de pagar a festa, alguém vai ter de pagar o almoço, não é?”, pressupõe.

O presidente da ANAV diz compreender que a TAP é livre de adotar a estratégia “que bem entender em termos comerciais” o que, defende, não invalida que a companhia “trate o mercado de forma equitativa”. “Isto para garantir que todos temos as mesmas ferramentas e não temos uma agência de viagens com uma pistola, enquanto a TAP tem uma metralhadora. Acaba por não ser equitativa na relação de concorrência saudável que deve ter com o próprio mercado”, argumenta. O responsável admite que a confiança com a transportadora de bandeira “sai beliscada”, mas mostra-se confiante num desfecho de entendimento e numa prestação de “esclarecimentos em breve”.

ANAV quer Turismo na lista de prioridades do Governo. Aeroporto é a primeira

Com um novo Governo em vias de tomar posse, para a ANAV é altura de traçar os objetivos para a legislatura que se avizinha. A associação elaborou um documento com 10 medidas preponderantes para o setor e a construção do novo aeroporto da região de Lisboa encabeça a lista. Apesar de a ANA estar a preparar a candidatura à construção da infraestrutura, depois de receber luz verde do anterior Executivo, Miguel Quintas mostra-se pouco creniente com o desenrolar do processo. “Temo que não haverá nenhuma decisão no final porque, mais uma vez, esta é uma questão política e enquanto não existir uma estrutura suficientemente forte em termos políticos para garantir que as decisões não podem ser adiadas, nada avançará”, perspetiva.

Sobre as negociações entre o acionista e a gestora dos aeroportos do país, o presidente da ANAV revela-se “pouco confiante” e deixa críticas ao modelo de financiamento apresentado pela empresa gerida pela francesa Vinci - que propõe o aumento das taxas aeroportuárias já a partir do próximo ano. “Não podemos estar a financiar a ANA para a ANA financiar o aeroporto, muito menos antes de este ser construído”, sustenta. “Existe, atualmente, um monopólio da Vinci que nos está a levantar um problema gravíssimo e ou a Vinci não tem capacidade de investimento para fazer um novo aeroporto ou financeiramente e economicamente não lhe interessa, e isso tem de ser avaliado”, acrescenta ainda.

A solução, defende, passa por entregar o projeto “aos empresários”. “Os empresários já se organizaram e já disseram várias vezes que este aeroporto é para construir, há variadíssimas soluções. Este problema não respeita à parte financeira nem económica, mas sim polí-

tica”, reforça. No que concerne à estrutura de financiamento, Miguel Quintas sugere que seja alocada à construção do Luís de Camões metade da verba da taxa turística cobrada a cada hóspede que pernoita em Lisboa. “A taxa pressupõe um serviço associado e que não consigo ver em lado nenhum, nem consigo perceber onde estão a ser aplicados este quatro euros da taxa. Destinar uma fatia para uma parte do financiamento do novo aeroporto seria uma medida com maior interesse”, propõe.

Miguel Quintas lamenta o atual cenário na Portela e reporta frustração perante a imagem que o Huberto Delgado oferece aos turistas. “Portugal é promovido internacionalmente pelos hotéis, pelas agências de viagens, pelos operadores turísticos, entre outros, que vão lá fora para atrair clientes e aumentar o PIB nacional. Relembro que o Turismo de Portugal (TdP) investiu perto de 95 milhões de euros em promoção, no ano passado e, depois, traze-

mos os clientes para cá no pico do verão e oferecemos um mau serviço à entrada e à saída do país”, retrata.

Recursos humanos, promoção e modernização das empresas

Além do tema central das infraestruturas, há outras questões para o turismo que a associação que representa as agências de viagens pede que integrem o quadro de prioridades do novo Executivo. É exemplo a questão da falta de mão de obra qualificada que continua a ser um dos constrangimentos da atividade. “Só há 12% de empresas no setor a dar formação e não é suficiente para repor a quantidade de pessoas de que necessitamos. A formação e captação de talentos deve ser uma prioridade”, pede Miguel Quintas. O empresário é também a favor do reforço da verba da promoção externa de Portugal, considerando que os atuais 100 milhões de euros “são insuficientes”. “Por cada euro investido na promoção internacional Portugal recupera 4,8 euros, o retorno é imediato e há espaço em território e segmentos para crescer no país”, elucida.

Para a ANAV é ainda fulcral a proteção e modernização das empresas do setor através da simplificação administrativa e fiscal bem como o lançamento de um plano nacional de apoio à transformação digital das agências de viagens com incentivos à inovação tecnológica e à criação de plataformas digitais de venda e promoção. Ao novo Governo a associação pede ainda apoios para a criação de produtos turísticos sustentáveis e diversificados, potenciando o turismo em regiões de baixa densidade. A valorização e dignificação da profissão de agente de viagens é outra das bandeiras e, neste sentido, a ANAV que o reconhecimento legal da profissão.

“Existe, atualmente, um monopólio da Vinci que nos está a levantar um problema gravíssimo”

Visabeira cresce mais de 30% em 2024. Ano foi de “afirmação decisiva”, diz CEO

RESULTADOS A dona da Vista Alegre Atlantis encerrou o ano passado com um volume de negócios superior a 2,2 mil milhões de euros. Os mercados internacionais garantem 79% da atividade global do grupo.

TEXTO MARGARIDA VAQUEIRO LOPES

Foi um ano “de afirmação decisiva para o Grupo Visabeira”, diz Nuno Terras Marques em comunicação enviado às redações, no dia em que a empresa, que detém marcas como a Vista Alegre Atlantis e a Bordalo Pinheiro, anunciou um crescimento superior a 30% no ano transacto.

Os resultados, diz o responsável da empresa de Viseu, refletem “não apenas o sólido crescimento do nosso negócio, mas também a concretização da nossa visão estratégica. Alcançámos um volume de negócios consolidado pró-forma de 2.365 milhões de euros, um aumento expressivo de 31,2% face a 2023, que evidencia a nossa capacidade de execução, ambição e compromisso com a excelência”.

Recorde-se que no ano passado a Visabeira anunciou vários marcos no seu crescimento, nomeadamente a compra de 24 milhões de ações da Martifer à I'M SGPS, o que lhes garantiu uma posição de 24% na empresa - passando assim a ser o terceiro maior acionista da construtora.

“Encerrámos o ano com uma carteira de negócios contratualizada no valor de 5,7 mil milhões de euros, constituindo uma base sólida para enfrentar o futuro com confiança, sustentados por uma estratégia centrada no crescimento sustentável e na criação contínua de valor”, reforçou o CEO da companhia, que tem estado a estender as suas asas também dentro do país, apesar de ser a atividade além-fronteiras aquela que mais contribui para os resultados do grupo.

Segundo os dados revelados esta segunda-feira (2 de junho), em 2024 a atividade internacional representava 79% da atividade global do grupo (1.869 milhões de euros), com a Europa a assegurar 46%, os EUA 28% e



África 5%. Questionado recentemente sobre o potencial efeito das tarifas Trump na sua atividade, durante a 8ª Money Conference organizada pelo DN, Nuno Marques referiu que está relativamente “tranquilo”. Aliás, no ano passado, a Visabeira adquiriu a Verità, que desenvolve serviços de engenharia nas redes fixas e móveis de telecomunicações, com o intuito de duplicar a receita naquele país.

Na ocasião, o CEO da Visabeira deixou bem claro que a aposta do outro lado do Atlântico era um projeto a longo prazo, e é assim que parece continuar a olhar para ela. “À medida que

O volume de negócios registado no ano passado pela empresa fundada e sediada em Viseu considera a integração das empresas adquiridas no perímetro de consolidação do grupo Visabeira, que teve efeitos a 1 de janeiro de 2024.

executamos a nossa estratégia de expansão nos Estados Unidos, onde temos fortes ambições de longo prazo, este investimento desempenhará um papel fundamental”, referiu na altura. “A robustez do nosso balanço permitir-nos-á continuar a prosseguir as nossas prioridades de crescimento e a nossa estratégia de aquisições nos próximos anos, na Europa e nos EUA”, acrescentava.

Certo é que aquele mercado contribuiu com 661 milhões de euros (28% do total) para o volume de negócios registado em 2024, “impulsionado pelas aquisições estratégicas da Verità Te-

lecommunications e da Sargent Electric, lê-se no documento enviado no início desta semana ao mercado.

A Visabeira tem, atualmente, negócios nas áreas de telecomunicações, energia, tecnologia e construção, indústria, turismo e imobiliário, e opera em dezenas de geografias. A internacionalização sempre foi e deverá continuar a ser um dos principais pilares do grupo nacional, mas a atividade em Portugal não é despreciable: o mercado nacional contribuiu com 497 milhões de euros para os resultados da Visabeira ou 21% do volume global.

margarida.lopes@dn.pt



Opinião Jorge Costa Oliveira

Portugal, pólo europeu da refinação de lítio

Em 2024, c. 60% da refinação mundial de lítio (80% do hidróxido de lítio) era feita na China. A Europa, que depende da importação de metais críticos, arrisca comprometer a sua transição energética se não desenvolver capacidade própria de refinação. Portugal, com reservas relevantes de lítio em rocha (1%~1,4% no norte do país), pode assumir um papel estratégico se fizer as escolhas certas.

A refinação – o processamento de minério em carbonato ou hidróxido de lítio – é o elo mais crítico da cadeia das baterias. Portugal ficou fora do IPCEI das Baterias, por [inepta] decisão política, perdendo os projetos nacionais acesso a ajudas estatais e fundos europeus estratégicos. Ainda assim, há vários projetos nacionais classificados como estratégicos pela Comissão Europeia, ao abrigo do regulamento das matérias primas críticas, dos quais três estão referenciados no mapa europeu da S&P Global: Romano, Estarreja e Aurora. Porém, em 2025, destes só um se mantém com relevância industrial e alinhamento estratégico.

O projeto Aurora (Galp–Northvolt), para Setúbal, foi cancelado por falta de viabilidade. O de Estarreja, inicialmente lançado pela Bondalti com a australiana Neometals, também caiu, embora tenha sido relançado pela Lifthium Energy, com foco na conversão de carbonato de lítio importado em hidróxido – sem qualquer integração a montante, seja na parte da extração do minério, seja nas várias etapas da sua refinação até ao carbonato de lítio; que valor acrescenta este projeto para a criação de uma cadeia

de valor europeia? Apenas o projeto Romano, promovido pela Lusorecursos, cobre toda a cadeia: da extração do minério às várias etapas da refinação culminando no hidróxido de lítio, com tecnologia europeia certificada.

Com o concentrado de lítio a rondar os 676 USD/tonelada (menos 80% face ao pico de 2022), os projetos que se limitam a produzir concentrado de lítio enfrentam um risco económico elevado. Por outro lado, os projetos que apenas transformam carbonato de lítio importado em hidróxido não apenas contrariam a estratégia europeia de criação de uma cadeia de valor autónoma, como mantêm a Europa dependente da China. Ao invés, os projetos integrados permitem a criação de capacidade tecnológica europeia, oferecendo maior margem, controlo estratégico e acesso mais fácil a financiamento sustentável.

A queda recente do preço do hidróxido de lítio (~7.800 USD/tonelada) deverá ter uma recuperação gradual a partir de 2026, impulsionada pela mobilidade elétrica e pelo crescimento do armazenamento com baterias estacionárias. Contudo, só quem tiver capacidade industrial instalada e integração na cadeia de valor poderá capturar essa valorização futura.

Portugal deve posicionar-se como pólo europeu da refinação de lítio. Perder esta oportunidade seria repetir erros do passado – num contexto geopolítico ainda mais exigente.

Consultor financeiro e business developer
www.linkedin.com/in/jorgecostaoliveira



Visto de perto João Rodrigues Pena

490 milhões

Esta semana fez capa a maior aquisição de sempre por gestoras de fundos de Private Equity em Portugal. A Draycott de João Coelho Borges e a Movendo Capital da família Soares dos Santos, liderada por Pedro Pereira Gonçalves, uniram-se para comprar a produtora líder de embalagens de perfume de luxo Everescence por 490 milhões de euros. A escala desta operação vem colocar o PE nacional num novo patamar e por isso vale a pena “ver mais de perto” a operação e que implicações poderá ter no futuro.

Fundada em 1896 e baseada em Paris, a empresa possui sete unidades industriais espalhadas por França, Espanha, EUA e Coreia do Sul servindo clientes como Hermès, LVMH ou L’Oréal. Durante alguns anos nas mãos da PE Oaktree Capital Management, a empresa cresceu, investiu e aumentou a sua rentabilidade – mas com potencial para ir mais longe. Em 2019, uma nova PE, a Stirling Square adquire a empresa que e nos seis anos seguintes leva-a a um aumento de receitas de 40% e à triplicação o EBITDA para mais de 80 ME. Foi marcante neste período a aquisição de operações na Coreia do Sul, que permitiu a expansão para o crescente segmento premium de beleza na Ásia, e investimentos superiores a 100 ME em aumento de capacidade e produtividade, nomeadamente com recurso a IA e *machine learning* proprietários.

Agora, a Stirling terá considerado ter atingido os seus objetivos de valorização e que era altura de vender, alimentando com liquidez o ciclo normal de desenvolvimento dos fundos de PE. E é interes-

sante notar como esta operação é sintomática da dinâmica do setor de Private Equity, com as empresas a passarem de mão em mão, de um fundo para outro, sempre sem perder dinheiro e convencendo o novo entrante do potencial de ir ainda mais longe. Mas atenção – há uma continuidade importante de transação para transação e neste caso está materializada na figura de Thomas Riou, presidente da Everescence há décadas.

É nisso que acreditam Draycott e Movendo com a operação, para mais feita a um múltiplo de cerca de 6 vezes EBITDA o que parece razoável. Mas o mais notável é a

“

Atributos que não há razão para que não inspirem todo o setor de PE nacional a não se ficar pelos fundos já tão habituais de 100 ou 150 ME e dar o salto que também as suas próprias competências seguramente estão à altura de potenciar.”

ambição e a visão global, sem fronteiras nem limites que é tão rara em Portugal mas tão inspiradora. O anúncio da operação pelos promotores transborda entusiasmo.

Esta operação é uma pedrada no charco do PE nacional, tanto mais que protagonizada por uma firma com seis anos de atividade, mais de 15 operações e 2 bio investido. É uma nova escala que desponta e que vem contrariar a a pequena dimensão e queda das operações de M&A em Portugal.

Olhemos para Espanha e recordemos o que aqui escrevi há uns meses atrás. Espanha registou 2.939 negócios com um valor agregado de 89,7bi a novembro (TTR Data) e entrando com o efeito do nível de GDP relativo dos dois países, 1,700 vs. 241 bi, as operações de M&A em Espanha resultaram num volume 6,7 vezes superior para um número de operações 4,6 vezes superior face às operações nacionais. E em Portugal a atividade não só é marginal ... como regista mesmo quedas significativas de 28% até novembro para 90 operações, totalizando cerca de 1,91 bi, menos 46% do que no mesmo período de 2023.

Ficam como lições desta operação da Draycott e da Movendo uma visão, ambição, profissionalismo de nível internacional e capacidade de mobilização de capitais exemplares. Atributos que não há razão para que não inspirem todo o setor de PE nacional a não se ficar pelos fundos já tão habituais de 100 ou 150 ME e dar o salto que também as suas próprias competências seguramente estão à altura de potenciar.

Empresário, Gestor e Consultor

Ler é poder. E agora é grátis!

Se tens entre 15 e 18 anos, resides em Portugal e queres ter acesso ao melhor jornalismo, inscreve o **Diário de Notícias**

Aproveita a
**Assinatura
Gratuita** do
Diário de Notícias
durante
2 anos!



1. Entra em:
assinaturas.digital.gov.pt
2. Usa a Chave Móvel Digital
ou Cartão de Cidadão
3. Escolhe o **Diário de Notícias**
4. Verifica o teu e-mail
5. Ganha acesso a todas as
nossas notícias

Esta oferta faz parte
de uma das medidas
do Plano Nacional de
Literacia Mediática



DN
Diário de Notícias
dn.pt

Vladimir Medinsky,
conselheiro de Putin, é o
chefe da delegação russa.



UE e EUA discutem novas sanções

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, reuniu-se com o senador norte-americano Lindsey Graham, tendo como pano de fundo o projeto de lei do republicano que prevê mais sanções à Rússia e novas aos países compradores dos seus combustíveis. Já a UE está a preparar o 18.º pacote de sanções, que irá visar o setor bancário russo e as receitas da energia da Rússia, incluindo a redução do limite máximo do preço do crude. Bruxelas quer baixar o preço do barril de petróleo bruto russo de 60 dólares para 45. O projeto de Graham, que recebeu apoio de 81 dos 100 senadores, prevê impor aos países que importem energia russa tarifas de 500% aos bens que entrem nos EUA. A lei terá sido pensada para visar a China, mas vários países europeus podem vir a ser atingidos pela legislação. Graham, junto com o colega democrata Richard Blumenthal, reunira-se antes com o MNE francês Jean-Noël Barrot.

Reconhecimento das anexações é condição russa para cessar-fogo

DIPLOMACIA Caminho para a paz, segundo a proposta russa, é uma lista de duras concessões por parte de Kiev. Acordo para nova troca de prisioneiros, agora de até 2400 pessoas.

TEXTO CÉSAR AVÓ

A segunda ronda de negociações diretas entre delegações da Rússia e da Ucrânia, em Istambul, teve um atraso maior do que o tempo da reunião em si. As expectativas não eram altas, mas os mínimos foram atingidos ao acordar-se nova troca de prisioneiros e de feridos e doentes. O que ficou claro, por fim, são as exigências de Moscovo para se chegar a um cessar-fogo, e estas passam pelo reconhecimento internacional das suas anexações, bem como da retirada das tropas ucranianas das regiões sob ocupação russa.

A delegação russa entregou à parte ucraniana o memorando com a sua visão maximalista para se chegar ao fim da guerra. Segundo as agências de notícias russas, Ria Novosti e TASS, a Rússia exige à Ucrânia a “retirada completa” das tropas das quatro regiões do país

cujas anexação Moscovo reivindica antes de qualquer cessar-fogo global (Donetsk, Lugansk, Zaporíjia e Kherson) como condição prévia para um cessar-fogo de 30 dias. Em paralelo, exige o “reconhecimento jurídico internacional” dessas regiões como territórios russos, bem como da península da Crimeia, anexada em 2014.

No documento de três páginas, Moscovo exige a neutralidade da Ucrânia; o levantamento das sanções económicas contra a Rússia e que a Ucrânia renuncie a reclamar reparações à Rússia; organização de eleições antes da assinatura de um tratado de paz e “o mais tardar cem dias após o levantamento da lei marcial”, e a proibição da realocação das forças armadas ucranianas. Também quer o fim do fornecimento de armas ocidentais a Kiev bem como a partilha de informações militares e interdição do

destacamento de armas nucleares para a Ucrânia. Por fim, quer que a Ucrânia liberte os “prisioneiros políticos” e respeite “os direitos, liberdades e interesses dos russófonos” no seu território.

Após as negociações de 16 de maio em Istambul, a Rússia anunciou que iria preparar um memorando para um cessar-fogo e que serviria de base para um futuro acordo de paz. Ao contrário de Kiev, que entregou as suas propostas para um cessar-fogo à Rússia antes da ronda negocial, Moscovo só apresentou o documento na reunião de segunda-feira, ignorando o pedido do ministro dos Negócios Estrangeiros ucraniano, Andrii Sybiha. O porta-voz daquele ministério, Herhii Tykhyi, sugeriu que a Rússia não estava disposta a partilhar o documento antecipadamente porque estaria repleto de exigências. Foi essa a reação do

presidente ucraniano, ao ser questionado pelos jornalistas em Vilnius, onde esteve presente numa cimeira de países da NATO do norte e do leste da Europa. Disse que ainda não tinha o memorando russo, mas que recebera “informações de parceiros e serviços de informações parceiros” sobre o que poderia conter. “É muito semelhante às exigências do tipo ultimato da Rússia”, considerou Volodymyr Zelensky.

Do lado ucraniano, o seu documento exigia um cessar-fogo total de pelo menos 30 dias, a devolução de centenas de crianças e a libertação de todos os prisioneiros civis para se passar à etapa seguinte, as negociações de paz. Ao contrário do documento russo, no qual não consta qualquer concessão, Kiev propõe o levantamento das sanções económicas, ainda que de forma gradual.

Segundo Zelensky, a próxima troca de prisioneiros poderá vir a ser ainda maior do que a anterior (mil para cada lado) e realizar-se em duas ocasiões. “Serão mil por mil, com possivelmente mais 200 por 200, porque a Ucrânia levantou a questão de pessoal militar adicional, prisioneiros políticos e jornalistas”, disse. Também ficou acordado entregar os corpos de 6 mil soldados de cada lado.

Quanto ao cessar-fogo, Moscovo propôs em alternativa pausas “entre dois e três dias em certas secções da linha da frente” para recuperar os cadáveres, disse o chefe da delegação russa, Vladimir Medinsky. A reação de Zelensky não foi a mais diplomática: “Acho que eles são idiotas. Um cessar-fogo tem como objetivo impedir que pessoas sejam mortas.”

Ainda assim, o presidente turco Recep Erdogan classificou a reunião de “ótima” e desejou reunir em Istambul ou em Ancara os líderes da Ucrânia e da Rússia, bem como o presidente norte-americano. A porta-voz da Casa Branca reiterou que Donald Trump está pronto para esse encontro.

Ivan Krastev

“Trump tem um medo genuíno da guerra. Não é um belicista”

GEOPOLÍTICA Em Lisboa para a conferência *Brave New Disorder: The Trumpian Shock to the World and Europe*, organizada pelo European Council on Foreign Relations na Fundação Gulbenkian, Ivan Krastev conversou com o DN sobre a nova ordem mundial. O presidente do Center for Liberal Strategies falou ainda da guerra na Ucrânia e do antieuropeísmo de Donald Trump e JD Vance.

TEXTO HELENA TECEDEIRO

Veio a Lisboa para a conferência “Admirável Nova Desordem – O Choque Trumpiano para o Mundo e para a Europa”. Estamos há quatro meses nesta segunda Administração Trump e temos assistido a guerra de tarifas, ameaças ao Canadá, ao Panamá, à Gronelândia, etc. Donald Trump já mudou a ordem mundial tal como a conhecíamos desde a II Guerra Mundial?

Sim, claro. Mas nas mudanças revolucionárias, a velocidade é o mais importante. É o famoso ditado de Lenine: “Houve décadas em que nada aconteceu e depois houve semanas em que décadas aconteceram.” Desse ponto de vista, não se pode medir um governo revolucionário da mesma forma que se mede um governo normal. Portanto, passaram quatro meses, mas não vamos imaginar que os quatro anos de mandato vão ser todos assim. Mas Trump desencadeou os processos que, de certa forma, estão a moldar o comportamento dos outros. Portanto, no início, a história é o que Trump está a fazer. Agora, a questão é como reagem os outros e isso vai reformular muito mais o mundo. Trump iniciou um processo que não pode controlar. Este é o problema de qualquer revolução. Não é possível comandar a revolução, é a revolução que nos comanda. Trump sabe disso. Mas acredita que só uma mudança radical po-

derá manter os EUA numa posição de poder no mundo. Essa é a principal diferença face aos outros. Trump acredita que o atual *statu quo* está a esgotar totalmente os EUA. Os EUA estão do lado perdedor e, para preservar, o domínio americano, é preciso mudar tudo. É preciso tornar-se o disruptor-em-chefe.

Se tudo depende de como os outros vão reagir a Trump, o que podemos esperar da Europa? Esta segunda presidência Trump é um sinal de alerta para os europeus perceberem que têm de se defender sozinhos?

A Europa não estava preparada para o segundo mandato de Trump, porque se lembrava muito bem de como lidou com Trump durante o primeiro mandato. E durante o primeiro mandato, claro, Trump foi disruptor, mas não foi a força revolucionária que está a ser agora. Por muitas razões. Ele não tinha capacidade para tal – não tinha uma coligação própria. No primeiro mandato, Trump fez parte de um “governo de coligação” com o *establishment* republicano. E era também um Trump diferente. Desse ponto de vista, a Europa estava preparada para lidar com um Trump muito difícil, mas tinha a sensação de que sabia como lidar com isso, fazendo muito à semelhança do que fez durante o primeiro mandato. Um pouco de lisonja, um pouco de resistência, ganhar

tempo, e depois, de repente, a Europa entende que não vai ser assim. Várias coisas mudaram. Uma delas é que, pela primeira vez, a liderança europeia colocou a seguinte questão: a Administração Trump acredita que a sobrevivência da União Europeia é do interesse dos Estados Unidos? Essa questão não se colocava no período anterior. Não estamos a falar da NATO. Não se trata da América decidir distanciar-se, retirar-se. Trata-se de os EUA decidirem que a sobrevivência da União Europeia não é do seu interesse. Não é claro se esta é uma decisão americana, mas, pela primeira vez, é uma das opções. Em segundo lugar, temos a pressão proveniente do facto de, economicamente, a Europa estar numa posição muito mais difícil, porque as tarifas dizem respeito a todos. E deve tentar ver como os outros reagem. Além disso, agora há uma guerra na Ucrânia, que é muito importante para a Europa, muito mais importante do que para os EUA. E, aqui, a Europa não pode substituir os EUA. Além disso, a possibilidade de os EUA fazerem um acordo com a Rússia à custa da Europa é também algo muito presente na mente dos líderes europeus. Portanto, desse ponto de vista, de uma forma estranha, Trump 2.0 é tão diferente de Trump 1.0, da perspetiva europeia, como Trump era de Obama. É uma grande diferença.



EPH / JIM LO SCALZO



“Trump acredita que o atual *statu quo* está a esgotar totalmente os EUA. Os EUA estão do lado perdedor e, para preservar o domínio americano, é preciso mudar tudo. É preciso tornar-se o disruptor-em-chefe.”

Ivan Krastev
Presidente do Center
for Liberal Strategies

Estávamos a falar da União Europeia e sobre a guerra na Ucrânia. O que vimos no início da guerra foi realmente uma união dos 27 Estados-membros. Mas agora vemos que está a desvanecer. Acha que a Administração Trump pode ter o efeito de unir novamente a Europa?

Tento acreditar que devemos ser justos com Trump. Ele conseguiu certas coisas. A história interessante com Trump é que, quando Biden chegou ao poder, tentou consolidar a coligação europeia-americana. Mas, a dada altura, o público europeu tem a sensação de que não temos a certeza do que queremos exatamente. As pessoas começaram a não acreditar que a Ucrânia pudesse recuperar o seu território. E, entretanto, a extrema-direita começava a falar de paz. Os governos europeus estavam a falar como se nunca fossemos acabar com a guerra. E depois chega Trump e vem com a ideia do cessar-fogo. No início, os europeus e os ucranianos não ficaram contentes com esta ideia. Mas é graças a ela que entendemos que a Rússia

“Tanto o tipo de nacionalismo de Vance, como o tipo de nacionalismo de Trump não têm história”, garante Ivan Krastev.



não vai parar a guerra. E, de repente, a Europa tornou-se a defensora da paz – os governos europeus começaram a pedir um cessar-fogo. Os ucranianos começaram a pedir cessar-fogo. Isto torna mais fácil para os governos europeus dialogarem com as suas opiniões públicas. Porque havia um grupo considerável de setores nas nossas sociedades, diferentes em diferentes países, que estavam a dizer: “Por que é que não estamos basicamente à procura de um cessar-fogo?” E agora é claro que os russos não terão qualquer conversa séria antes de conseguirem o que queriam. E, basicamente, antes vão ter alguma ofensiva. Portanto, Trump criou uma abertura, o problema é o que está a fazer quando entende que a Rússia não vai parar. Porque no centro da sua política em relação à Rússia estava a Ucrânia, que do seu ponto de vista não lhe interessa. O importante para ele é a normalização das relações entre a Rússia e os EUA. Estavam a falar sobre o Ártico, estavam a falar sobre o Médio Oriente. Para Trump, a

Ucrânia era apenas a forma de provar aos russos que estava pronto para fazer coisas que nenhuma outra Administração americana tinha feito. E Trump acreditou, talvez erradamente, que para Putin a América era mais importante do que a Ucrânia.

E, de repente, percebeu que não é....

Sim, percebeu que não é verdade. Portanto, agora pode fazer duas coisas. Uma é tentar ajudar os europeus, ajudar os ucranianos, a conseguirem sustentar a sua posição o mais possível. A verdade é que, antes do final do ano, não acredito que haja qualquer hipótese real de congelamento ou de um cessar-fogo mais longo. E a Ucrânia não estará numa posição melhor do que está agora, mas a sua soberania será mantida. Desse ponto de vista, se Trump decidiu ajudar, isso significa fornecer informações e permitir que os europeus comprem armas americanas, porque esta Administração não vai dar armas de graça, como a de Biden fez. Trump, e isto é interessante, caiu

na sua própria armadilha porque, para ele, esta era a guerra de Biden. Mas se a Ucrânia entrar em colapso, será uma derrota dele. Da mesma forma que o Afeganistão não foi a guerra de Biden, mas a saída de Cabul foi a derrota de Biden. É aqui que não sabemos como as coisas vão acontecer. Sou uma das pessoas que não acredita que se possa esperar uma grande escalada por parte de Trump. Por várias razões. Em primeiro lugar, Trump tem um medo genuíno da guerra, e isso deve ser reconhecido. Não é um belicista. Em segundo lugar, agora já toda a gente sabe que, dos dois, Putin é mais duro e muito mais empenhado neste conflito. E certamente acredita que a América pode retirar-se sem que ele tenha de pagar um preço elevado. Não acredito que isso seja exatamente verdade, mas levará tempo até Trump perceber que a sua própria credibilidade também é um problema. E a questão mais importante é como é que os chineses vão interpretar o que vai acontecer se os americanos se retirarem. E a próxima guerra será a dele, se a China entender que Trump não está, a nenhum custo, pronto para se comprometer com uma força militar fora dos Estados Unidos ou da vizinhança dos Estados Unidos. Oiça, não é que vão atacar Taiwan da mesma forma que os russos atacam a Ucrânia, mas podem, por exemplo, declarar que Taiwan faz parte da sua zona alfandegária e começar a parar todos os navios que passam por Taiwan e assim por diante. Mudando drasticamente a História e aumentando a pressão. Desse ponto de vista, esta é realmente uma situação nova, com um nível de incerteza muito elevado.

Já ouvimos o vice-presidente JD Vance criticar ferozmente a Europa, também Trump disse que a União Europeia foi criada para prejudicar os Estados Unidos. Como vê este sentimento antieuropeu nesta Administração?

Há aqui três coisas diferentes a acontecer. Uma é que a América está a mudar muito, demograficamente. Portanto, há muito menos pessoas de origem europeia nos EUA e, portanto, a América conhece um pouco menos a Europa do que conhecia. Na imaginação destas pessoas, também é uma questão de classe. Para pessoas como Vance, os europeus são todos liberais mimados que não têm uma comunidade. A se-

“A maioria dos líderes americanos que lidaram com a Europa provavelmente tinham uma leitura errada da Europa, mas sabiam alguma coisa sobre a Europa. Mas, para muitos dos apoiantes de Trump, a Europa é uma terra tão estrangeira como África.”

gunda é uma aposta política. No fundo, é a universalização da experiência americana. Pessoas como Vance não conhecem bem a política europeia. Ele veio, olhou para a Europa, viu algumas sondagens e pensou: nós chegámos ao poder, então todas estas pessoas [a extrema-direita, os nacionalistas] podem chegar ao poder. E se as quisermos ajudar, podemos ter uma aliança diferente, muito mais cultural. E podem também tentar ver a Rússia como parte dessa aliança. Porque esta aliança cultural é muito baseada na demografia. Tem muito a ver com a grande redução do número de brancos na população mundial. A ideia de sociedades que estão a encolher, sociedades envelhecidas. E acredito que este tipo de narrativa é extremamente importante. No fundo, eles tentam imaginar uma espécie de nova aliança sagrada. E é por isso que é tão interessante ver como os americanos estão a interpretar mal a Rússia. Quando sugeriram que o Vaticano podia ser o local das negociações, parte da ideia era que seria uma grande aliança cristã. E, de repente, a resposta da Rússia foi: “Não vamos negociar na capital do catolicismo.” Desse ponto de vista, tanto o tipo de nacionalismo de Vance, como o tipo de nacionalismo de Trump não têm história. O nacionalismo de Trump é um nacionalismo imobiliário. Olha para o mundo da mesma forma que olharia para um bairro problemático. E a sua estratégia é a gentrificação. Se os ricos vão para o bairro problemático, os preços sobem. Portanto,

se, em Gaza, construirmos hotéis e transferirmos algumas pessoas e colocarmos outras, ficará tudo bem. A narrativa de Vance baseia-se muito no desconhecimento, não numa interpretação errada, mas no desconhecimento da História Europeia. Por exemplo, este conflito entre ortodoxismo e catolicismo, a diferença entre os diferentes nacionalismos, isso não faz parte do seu conhecimento histórico. Ele é muito americano e esse é o problema. A maioria dos líderes americanos que lidaram com a Europa provavelmente tinham uma leitura errada da Europa, mas sabiam alguma coisa sobre a Europa. Mas, para muitos dos apoiantes de Trump, a Europa é uma terra tão estrangeira como África.

Só uma última pergunta. O Ivan é búlgaro. A Bulgária foi um país satélite da União Soviética durante a Guerra Fria, e têm uma longa história de proximidade. Como vê a Rússia agora?

Quando olhamos para a imagem que as pessoas têm da Rússia, o mais importante não é o período soviético, mas sim a que império pertenceram antes. Os países que pertenceram ao império russo, ou seja, polacos, bálticos, finlandeses, são fortemente antirrussos e apoiam fortemente a Ucrânia. Os antigos Habsburgos ficam algures no meio. Países como a Bulgária, a Grécia, a Sérvia, no que diz respeito à opinião dos governos, são muito menos anti-Rússia. Além disso, existe um setor da sociedade, no caso da Bulgária, provavelmente cerca de 20%, que é fortemente favorável à Rússia. Mas, curiosamente, este é um povo que, por um lado, está próximo da Rússia, mas, por outro, não conhece a Rússia. Os búlgaros não viajam para a Rússia, não negociam com ela, não estão a mandar os filhos estudar lá. Assim, paradoxalmente, se olharmos apenas para os inquéritos de opinião, a Bulgária está entre os países mais pró-Rússia da Europa. Por outro lado, nunca, na sua História, a Bulgária esteve tão integrada no Ocidente, com tantas pessoas a viverem no Ocidente. Provavelmente, temos agora mais búlgaros a viver em Portugal do que em Moscovo, o que historicamente é absurdo. A Rússia surge como uma espécie de alternativa àquilo de que não gostam, nos últimos 30 anos, no mundo em que vivemos, do que como uma realidade que conhecem.



Karol Nawrocki, acompanhado da mulher, ganhou as presidenciais por uma curta margem.

EPAL/LESZEK SZYMANSKI

Os pontos de conflito entre Nawrocki e o governo de Tusk

POLÓNIA O apoio militar à Ucrânia no combate contra a invasão russa é um dos poucos temas em que o nacionalista que venceu as eleições de domingo e o europeísta que lidera o executivo estão alinhados.

TEXTO ANA MEIRELES

O nacionalista Karol Nawrocki, apoiado pelo Lei e Justiça (PiS), venceu as presidenciais de domingo na Polónia com 50,89% dos votos, contra 49,11% do rival, o liberal Rafal Trzaskowski, o candidato do primeiro-ministro, Donald Tusk. Este resultado é um golpe nos esforços do governo em consolidar o Estado de Direito e a orientação pró-europeia do país, sendo esperado que o impasse político verificado até agora com o presidente Andrzej Duda prosiga nos próximos dois anos e meio (as legislativas estão agendadas para final de 2027) e que Nawrocki use também o seu poder de veto para frustrar a agenda de Tusk.

Como ficou claro nas declarações que proferiu no domingo à noite, pouco depois de as urnas fe-

charem. “Vamos salvar a Polónia, não permitiremos que o poder de Donald Tusk seja total”, disse o presidente eleito, que vai viver agora a sua primeira experiência como político. São várias as áreas nas quais o, até agora, diretor do Instituto de Memória Nacional e o primeiro-ministro têm opiniões divergentes, começando pela justiça.

Uma das grandes promessas de Donald Tusk foi reformar o sistema judicial, anulando as reformas introduzidas pelo PiS entre 2015 e 2023, vistas por Bruxelas como uma ameaça ao Estado de Direito. Entre essas mudanças estavam as nomeações de juizes, nomeadamente para o Constitucional, e as decisões deste tribunal, além de instituir que a Constituição polaca tem primazia sobre as leis comunitárias, contrariando

um dos princípios da União Europeia. No seu ano e meio de mandato, o governo não conseguiu fazer qualquer alteração neste sentido, devido aos bloqueios de Duda, e Nawrocki já deu a entender que apoia a reforma levada a cabo pelo PiS.

O nacionalista Karol Nawrocki, apoiado pelo PiS, venceu com 50,89% dos votos, contra 49,11% do rival, o liberal Rafal Trzaskowski, o candidato de Donald Tusk.

Outra das promessas que levou Tusk a chegar ao poder, há um ano e meio, foi colocar fim à quase proibição do aborto na Polónia introduzida pelo PiS, substituindo essa legislação pela legalização até às 12 semanas e pela instituição do direito a interromper a gravidez em caso de má formação do feto. A Esquerda, um dos parceiros de coligação do governo, também propôs o reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo. O problema destas propostas começa logo pela falta de consenso dentro da coligação governamental, devido à oposição do conservador Partido Popular da Polónia, com o executivo a alegar que Duda vetaria qualquer uma delas. O que virá também a acontecer com o novo presidente, que se opõe a ambas.

Apesar de o cargo de presidente

na Polónia ser em grande parte cerimonial, tem o poder de veto e de enviar propostas de lei para o Constitucional, bem como de nomear os titulares de vários cargos, como o de governador do banco central, que é também líder do Conselho de Política Monetária.

Como comandante supremo das Forças Armadas, o chefe de Estado pode também influenciar os debates sobre política de Segurança e Defesa. No que diz respeito à Ucrânia, presidente eleito e primeiro-ministro concordam na ajuda militar a Kiev, mas Nawrocki opõe-se ao envio de tropas polacas e à entrada do país em organizações como a NATO ou a União Europeia. Devido ao seu passado como diretor do Instituto da Memória Nacional, um organismo estatal de investigação de crimes nazis e comunistas praticados entre 1917 e 1990, dotado de poderes judiciais, Nawrocki defende também que Varsóvia deve interpelar Kiev em temas como a exumação dos restos mortais de polacos mortos por nacionalistas ucranianos durante a Segunda Guerra Mundial.

“Enquanto presidente, Nawrocki elevará a sua retórica antieuropeia, antialemã e antimigração no discurso público, ao mesmo tempo que intensificará o sentimento antiucraniano que foi exacerbado durante a campanha. A política da Ucrânia tornar-se-á o segundo maior campo de batalha depois da Europa. Os poderes executivo e legislativo entrarão em conflito sobre o âmbito e as condições do apoio polaco”, vaticina Marta Prochwicz Jazowska, vice-diretora do ECFR Varsóvia.

Com refere esta analista política, a questão da Europa e os Estados Unidos será outro dos pontos de conflito entre o presidente eleito e o governo. Nawrocki dá prioridade a laços próximos com Washington em termos de Segurança e Defesa. Um sinal disso foi o encontro que teve com Donald Trump na Casa Branca há um mês, tendo garantido, na linha do que o PiS defende, que não apoiará tratados europeus que enfraqueçam a posição de Varsóvia.

Já Donald Tusk, que chegou a ocupar o cargo de presidente do Conselho Europeu, tem uma agenda para tornar a Polónia um dos países influentes no panorama comunitário, contando, para isso, com as alianças recém-firmadas com França e Alemanha, o chamado Triângulo de Weimar, mas também o facto de ser a sexta maior economia do bloco.

Londres investe na Defesa

O Reino Unido vai construir seis fábricas de munições e até 12 submarinos nucleares, anunciou o primeiro-ministro Keir Starmer antes de o ministro da Defesa revelar, perante os deputados, a nova estratégia de Defesa britânica.

A segurança da Europa e o papel de Londres na NATO são centrais na revisão da estratégia, disse o chefe do governo trabalhista, que fez uma declaração em Glasgow sobre o tema. “A nossa política de Defesa será sempre a NATO em primeiro lugar.” Essa política será alicerçada num crescendo de meios. Depois de ter anunciado, há três meses, que a despesa em Defesa iria aumentar de 2,3% do Produto Interno Bruto atuais para 2,5% em 2027, Starmer disse que, no final da legislatura, isto é, em 2029, a ambição é despendar 3% do PIB. Esse dinheiro servirá, entre outros investimentos, nas fábricas de munições, na construção de submarinos com propulsão nuclear, ou em ogivas nucleares (17,7 mil milhões de euros). Segundo o *Sunday Times*, o reforço da dissuasão nuclear poderá passar pela aquisição de aviões bombardeiros norte-americanos.

Apresentado pelo ministro Healey na Câmara dos Comuns, o documento estratégico aponta para a Rússia como a ameaça mais “imediate e premente”. A China, por seu turno, é um “desafio sofisticado e persistente”. O plano tem mais de 60 recomendações, entre as quais investir em tecnologia (Inteligência Artificial, *lasers* e robôs) e em armas de longo alcance, expandir o número de soldados e reativar uma força de veteranos. **C.A.**



Palestinianos têm de recorrer a centros de apoio para receber alimentação.

Mais três mortos junto a centro de ajuda em Gaza

GUERRA António Guterres apelou a uma investigação imediata e independente sobre os ataques ocorridos no domingo em Rafah.

TEXTO ANA MEIRELES

Pelo menos três pessoas morreram e dezenas ficaram feridas sob fogo israelita junto de um centro de distribuição de ajuda operado pela norte-americana Fundação Humanitária de Gaza, anunciaram ontem as autoridades de saúde locais, que no dia anterior já haviam dito que pelo menos 31 pessoas foram mortas e dezenas ficaram feridas perto do mesmo local, um dos quatro operados pelo GHF em Rafah.

As Forças de Defesa de Israel (IDF) rejeitaram, no domingo, o envolvimento nos incidentes desse dia, apontando o dedo a Hamas. Já sobre o episódio desta segunda-feira, de acordo com a Reuters, o Exército israelita disse ter conhecimento dos relatos de vítimas e que o incidente estava a ser investigado.

No mesmo comunicado, prossegue a agência de notícias, era referido que as tropas israelitas que operaram durante a noite em Rafah dispararam tiros de aviso “para evitar que vários suspeitos se aproximassem deles”, acrescentando que o incidente ocorreu a cerca de um quilómetro do centro de distribuição de ajuda humanitária.

O secretário-geral das Nações Unidas pediu ontem “uma investigação imediata e independente sobre estes acontecimentos e à responsabilização dos perpetradores”, sublinhando que “Israel tem obrigações claras, ao abrigo do Direito Internacional Humanitário, de concordar e facilitar a ajuda humanitária”.

“A entrada desimpedida de assistência em grande escala para satisfazer as enormes necessidades em Gaza deve ser restabelecida imediatamente. A ONU deve ser autorizada a trabalhar em segurança e em condições de pleno respeito pelos princípios humanitários”, prosseguiu António Guterres, dizendo ainda sentir-se

Exército israelita negou o envolvimento nos incidentes de domingo, mas disse ontem estar a investigar o novo episódio de violência.

“chocado com os relatos de palestinianos mortos e feridos enquanto procuravam ajuda em Gaza ontem [domingo]. É inaceitável que os palestinianos arrisquem a vida por comida.”

Já o líder da agência da ONU para os refugiados palestinianos (UNRWA) afirmou que “a distribuição de ajuda tornou-se uma armadilha mortal. Vítimas em massa, incluindo dezenas de feridos e mortos entre civis famintos, devido aos disparos esta manhã [domingo], segundo relatos de médicos internacionais no local”.

Philippe Lazzarini notou ainda que “um ponto de distribuição, segundo o plano israelo-americano, foi instalado bem a sul, em Rafah”, um “sistema humilhante” que “obrigou milhares de pessoas famintas e desesperadas a caminhar dezenas de quilómetros até uma área que está praticamente pulverizada, devido ao forte bombardeamento do Exército israelita”. “A entrega e distribuição da ajuda deve ser feita em larga escala e em segurança. Em Gaza, isto só pode ser feito através das Nações Unidas, incluindo a UNRWA”, acrescentou este responsável da ONU.

BREVES

ATO DE TERRORISMO NOS EUA FAZ OITO FERIDOS

Oito pessoas ficaram feridas no domingo quando um homem de 45 anos gritou “Palestina Livre” e lançou engenhos incendiários contra uma multidão em Boulder, no Colorado, onde decorria uma manifestação pelos reféns israelitas que permanecem em Gaza. O diretor do FBI, Kash Patel, descreveu o incidente como um “ataque terrorista direcionado”. Já o procurador-geral do Colorado, Phil Weiser, falou num “crime de ódio, dado o grupo visado”. O suspeito detido pelas autoridades é Mohamed Sabry Soliman, que chegou aos EUA em agosto de 2022 como visitante não-imigrante. A sua autorização de trabalho estava expirada desde março.

EX-MNE ALEMÃ VAI LIDERAR ASSEMBLEIA DA ONU

A ex-ministra dos Negócios Estrangeiros da Alemanha Annalena Baerbock foi ontem eleita presidente da 80.ª sessão da Assembleia-Geral da Organização das Nações Unidas, que terá início em setembro. Baerbock será a quinta mulher a assumir o cargo, que é renovado anualmente, em comparação com os 75 homens que o ocuparam ao longo dos 80 anos de história da ONU. A presidência de Annalena Baerbock terá como base o lema “Melhor Juntos”, com a alemã a afirmar que pretende dialogar com todos os Estados-membros da ONU para construir consensos para que “as Nações Unidas possam servir às gerações presentes e futuras”.

Rafael Quintas. O melhor jogador do Europeu sub-17 a quem chamam de “presidente”

TALENTO Médio começou como defesa central, mas a baixa estatura ajudou a mudar de posição. Joga no Benfica desde sempre. Adora Cristiano Ronaldo, mas admira Palhinha.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

Rafael Quintas celebrou 17 anos em março e no domingo, dia em que Portugal se sagrou Campeão Europeu de Sub-17, foi eleito o Melhor Jogador do torneio. “É sempre bom ter este título, mas sem esta malta toda, jogadores e *staff*, não conseguia este prémio. Conseguimos ter bola, marcar golos e agora é festejar. Dedico à minha família e amigos. É um sonho meu e do meu avô, que está emocionado e orgulhoso”, disse o capitão da seleção, depois do triunfo sobre a França (3-0), que deu o 7.º título europeu da categoria a Portugal.

Médio de processos simples, adora Cristiano Ronaldo – ficou sem palavras quando soube que CR7 e a seleção tinham visto a final –, mas confessa-se admirador de João Palhinha, jogador que integra a seleção principal para a *final four* da Liga das Nações (*ver pág. 27*). Começou a jogar com 3 anos e era defesa central, mas como não tinha estatura para a função foi subindo no terreno e assim o Benfica e a seleção ganharam um médio centro.

Lisboeta e rapaz de poucas palavras – afinal é apenas um adolescente –, Rafael capitaneou uma seleção de 20 portugueses em Tirana. Na seleção chamam-lhe “o presidente”, porque quando entra em modo-treino-jogo é

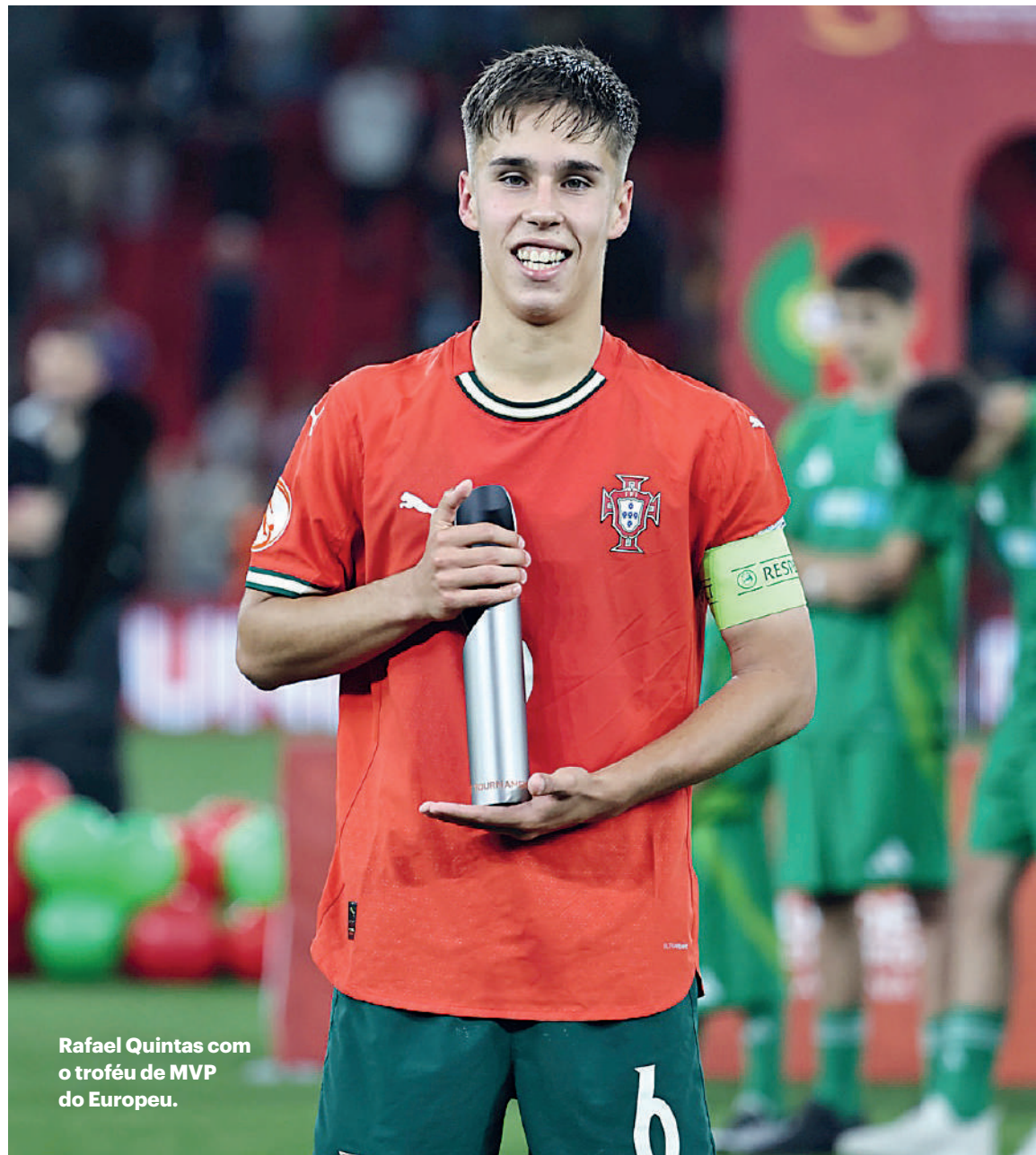
demasiado formal e não gosta nada de brincadeiras. Dizem que é um adulto desde criança, focado e concentrado na missão, seja num simples treino ou numa final de um Europeu. Mas no Benfica a alcunha é mesmo “capitão”.

Rafael só conhece uma camisola. A encarnada. Joga de águia ao peito há 12 épocas. Em 2024, ainda juvenil assinou contrato profissional válido até 2027. Nessa altura atreveu-se a sonhar: “Gostava de chegar à equipa sénior do Benfica e estreiar-me no Estádio da Luz.”

Esta temporada jogou nos sub-19 e isso diz bem do amadurecimento desportivo do jovem de 17 anos, que é representado por uma agência internacional, a CAA Stellar, que agencia jogadores como Grealish (Manchester City) e Camavinga (Real Madrid) entre outros, incluindo os também Campeões Europeus Bernardo Lima, José Neto e Tomás Soares (melhor marcador de Portugal na prova).

Rafael Quintas começou o Campeonato da Europa de Sub-17 com um golo e acabou a levantar o troféu coletivo e a ser eleito o Melhor Jogador. Sucede assim a Miguel Veloso (2003) e Zé Gomes (2016) na lista de portugueses que foram MVP na prova.

O título europeu garantiu a presença no Mundial da catego-



Rafael Quintas com o troféu de MVP do Europeu.

ria, que se realiza ainda este ano – entre 3 e 27 de novembro, no Qatar. Roubar o troféu à Alemanha é o objetivo de Portugal, que apenas esteve em quatro das 19 edições mundiais e que tem o 3.º lugar de 1989 (o selecionador Bino fazia parte da equipa) como melhor resultado.

Além de Rafael Quintas, também Romário Cunha, Daniel Benjaqui e Duarte Cunha se destacaram na equipa portuguesa.

ROMÁRIO CUNHA

Nascido em Ribeira de Pena, o guarda-redes do Sp. Braga foi um dos totalistas de Bino. Crucial para ajudar Portugal a ser a defesa menos batida da competição (3 golos sofridos). A exibição diante de Itália, nas meias-finais, permitiu à equipa das quinas chegar à final. Romário Cunha defendeu três grandes



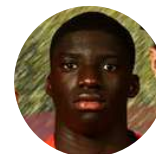
penalidades, no desempate após os 90 minutos.

DANIEL BENJAQUI

O lateral-direito do Benfica demonstrou grande capacidade ofensiva e defensiva ao longo do torneio, fruto de uma velocidade e capacidade física acima do normal para a idade. Nascido em Lisboa (tem dupla nacionalidade portuguesa e guineense), Benjaqui foi o guarda costas ideal de Duarte Cunha e autor do golo à Alemanha, aos 89 minutos, que colocou Portugal nas meias-finais.

MATEUS MIDE

Médio com características ofensivas e técnica requintada, também joga a extremo-es-

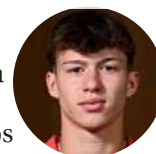


querdo. Mide nasceu no Porto e é dono de um futebol irreverente, onde o drible e o acerto no passe – foi o rei dos passes decisivos no Europeu – se destacam. Produto da Dragon Force é filho de Mide, um ex-futebolista brasileiro, treinador do Leixões. Joga nos juniores do FC Porto e já assinou contrato profissional.

DUARTE CUNHA

Vestiu a camisola 7 da seleção e destacou-se pelos golos nos últimos dois jogos. Natural de Vila Nova de Cerveira (Viana do Castelo), o extremo-direito do FC Porto começou a carreira no clube local, entrando no Dragão com 9 anos. Assinou o primeiro contrato profissional no ano passado.

isaura.almeida@dn.pt



Rúben Dias admite que Vitinha é candidato à Bola de Ouro

SELEÇÃO A equipa das quinas joga amanhã, em Munique com a Alemanha, nas meias-finais da Liga das Nações. Defesa fala de um jogo entre “duas das melhores seleções europeias”.

TEXTO **DAVID PEREIRA**

Rúben Dias diz que o jogo de Ramanhã entre Portugal e Alemanha, das meias-finais da Liga das Nações, vai colocar frente a frente “duas das melhores seleções europeias” e que será necessário contrariar o fator casa dos germânicos.

“Jogamos fora, num estádio em que a Alemanha se sente confortável e é um ponto extra a favor deles. Fora isso, somos duas das melhores seleções europeias. Nós sabemos a qualidade individual e coletiva que têm e temos de estar ao nível que já apresentámos na seleção. É uma meia-final e um jogo especial só por isso”, disse.

No grupo de trabalho, garante o central, “permanece uma maneira de estar vitoriosa e ambiciosa”. “Se tivesse de escolher uma palavra, escolhia estabilidade. É sempre um porto seguro,



Rúben Dias
Jogador da seleção nacional

para nós, temos um espaço onde todos nos sentimos em família e nos podemos sentir em casa. Nós estamos sempre em busca de alcançar feitos grandes pelo país”, afirmou.

Em conferência de imprensa no auditório da Cidade do Futebol, em Oeiras, antes do segundo treino de preparação para o jogo com a Alemanha, Rúben Dias

disse estar preparado, fisicamente, na reta final de uma época longa, em que ainda terá o Mundial de Clubes para disputar, e agradeceu os dias de descanso após o fim dos campeonatos nacionais.

“Foi uma decisão muito inteligente do selecionador dar-nos estes dias entre os clubes e a seleção para refrescar a mente e corpo. Isso já é um fator muito positivo para nós, enquanto atletas profissionais, que queremos estar ao mais alto nível. O próprio Mundial de Clubes, ainda não sabemos os *timings* e, mais do que nunca, vamos viver um dia de cada vez”, frisou o defesa do Manchester City.

Rúben Dias congratulou a seleção sub-17, que este domingo se sagrou Campeã Europeia da categoria, e os quatro portugueses que conquistaram a Liga dos Campeões, admitindo que Viti-

nha pode sonhar com Bola de Ouro.

“O Vitinha fez uma época espetacular e tem todo o direito em pensar e em sonhar com isso. Se não o tinha feito já antes, nesta temporada acentuou bem o tipo de jogador que ele é e a capacidade que tem. Estou muito feliz pelos quatro. Já todos sabíamos bem o que ali estava. Às vezes, tem a ver só com o momento, estar no sítio certo à hora certa e juntar títulos à capacidade inacreditável que têm”, afirmou.

Campeões Europeus no grupo

Os quatro futebolistas que conquistaram a Liga dos Campeões pelo Paris Saint-Germain treinaram ontem integrados na seleção que prepara o embate com a Alemanha. Nuno Mendes, João Neves, Vitinha e Gonçalo Ramos estiveram no relvado da Cidade do Futebol durante os primeiros 15 minutos do treino abertos à comunicação social, embora ainda a fazerem trabalho específico.

Em sentido contrário, o lateral-esquerdo Nuno Tavares, dos italianos da Lazio, não esteve com o restante grupo, ficando pelo ginásio, após ser preterido por Roberto Martínez da lista, mas continuando integrado para colmar uma eventual baixa. **Com LUSA**

BREVES

SELEÇÃO FEMININA JOGA NA MADEIRA COM A BÉLGICA

A seleção nacional feminina foi recebida no Governo Regional da Madeira, na véspera de defrontar a Bélgica, para fechar as contas do Grupo A3 da Liga das Nações. O jogo realiza-se no estádio do Marítimo, a partir das 18h00. Miguel Albuquerque, presidente do Governo Regional liderou uma comitiva de boa-vindas às “Navegadoras”, dando especial atenção às filhas da terra, Fátima Pinto e Telma Encarnação. Depois da derrota pesada com Inglaterra (6-0), em Wembley, a equipa liderada por Francisco Neto, quer deixar melhor imagem no fecho da fase de grupos. Portugal tenta garantir o 3.º lugar no Grupo 3 para disputar o *play-off* de manutenção na Liga A da Liga das Nações.

JOGADORES DO PSG OFERECEM BÔNUS AOS FUNCIONÁRIOS

O Paris Saint-Germain venceu a Liga dos Campeões e embolsou 160 milhões de euros. E, de acordo com o jornal francês *Le Parisien*, o bônus de vitória que os jogadores e o *staff* receberão, cujo montante ainda é desconhecido, será distribuído por todos os funcionários do clube, que são cerca de 700. Os jogadores do plantel, que tem os portugueses Vitinha, João Neves, Nuno Mendes e Gonçalo Ramos, aceitaram participar na promessa que foi feita por Nasser Al-Khelaifi no discurso de Ano Novo. O dono e presidente do PSG convidou cerca de 500 trabalhadores para assistirem à final, que acabou com a vitória sobre o Inter Milão (5-0).

Novas camisolas do Benfica são uma homenagem às origens do futebol

“Nascidos nas ruas. Transformados em lendas.” O Benfica revelou ontem as novas camisolas para a época 2025/26. “Simbolizam a fusão entre o passado, o presente e o futuro do Benfica. Cada detalhe dos equipamentos reflete o ADN do Clube: a garra, o orgulho e o sentido de pertença a uma comunidade única”, segundo explicou o clube liderado por Rui Costa. Todas têm um grafismo de uma baliza *vintage*, a preto e branco, com a sigla SLB e refletem a Adidas Aeroready: um sistema avançado de gestão da humidade desenvolvido para manter os atletas secos e confortáveis durante atividades físicas intensas.





Feira do Livro: mais do que vender, editoras valorizam contacto direto com leitores

EDIÇÃO A 95.ª edição da Feira do Livro de Lisboa decorre a partir de amanhã e até dia 22 de junho no Parque Eduardo VII. Para as editoras presentes neste evento anual da capital, mais do que as vendas interessa aproximar marcas, autores e leitores.

Todos os anos, por esta altura, a Feira do Livro de Lisboa atrai milhares de pessoas ao Parque Eduardo VII e 2025 não é exceção. A 95.ª edição deste evento arranca amanhã e os seus 350 pavilhões podem ser visitados até 22 de junho. Trata-se de um momento importante em termos de vendas, mas mais do que isso, sublinham as editoras ao DN, é a ligação que se cria entre os livros e os leitores.

“Estamos a falar do maior evento cultural do nosso país e é um espaço que permite aos editores, de facto, apresentarem algumas partes do seu catálogo que, ao longo do ano, não têm necessariamente o espaço que desejam”, afirma ao DN Miguel Pauseiro, presidente da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL), acrescentando que esta é também uma feira relacional. “É também importante pela relação direta que se estabelece entre os editores, os au-

ttores e os leitores. No fundo, é a aproximação, a relação é marcante e faz com que depois outras coisas venham a acontecer”.

A Feira do Livro é importante para as editoras em termos de vendas, mas não é no verão que mais faturam. “A altura do ano em que as editoras mais vendem livros continua a ser, e continuará a ser, o final do ano”, diz o presidente da APEL.

Para a Porto Editora, grupo do qual fazem parte também empresas como Areal Editores e a Bertrand, e que tem no portfólio várias chancelas, entre as quais a Quetzal Editores, Pergaminho, Assírio & Alvim ou Contraponto, a Feira do Livro de Lisboa é um momento-chave no calendário editorial nacional. “Mais do que um evento comercial, a Feira do Livro de Lisboa continua a afirmar-se como uma plataforma cultural privilegiada, de diálogo entre leitores e autores, num ver-



Editores e livreiros preparavam ontem os seus espaços no Parque Eduardo VII para a chegada de milhares de visitantes nas próximas semanas. Na edição deste ano haverá 350 pavilhões e um novo largo, a Praça Verde, onde se realizarão vários eventos.

dadeiro momento de celebração da leitura e da escrita. A nossa participação reflete o compromisso contínuo do grupo com a promoção do livro e dos autores”, diz.

Este grupo, um dos maiores do país, destaca a afluência recorde à feira que se registou no ano passado, estimada em mais de um milhão de visitantes. A editora marcou presença na Feira do Livro com 30 pavilhões que registaram uma atividade expressiva, “com um crescimento das vendas face a 2023”, avança a Porto Editora sem revelar números.

Este ano os espaços deste grupo na feira contam com mais de 60 mil livros. Na última edição, os géneros literários que mais venderam foram o infantil e juvenil, literatura e não-ficção. “Notámos também um crescimento assinalável do interesse por títulos do universo *young adult* (jovem adulto), com muitos adolescentes a visitarem a feira”, sublinha a editora.

É também nesta altura “que obras menos recentes ganham nova visibilidade, sendo redescobertas por leitores atentos ou apresentadas a novas gerações”, acrescenta o grupo editorial.

Este ano a Porto Editora terá mais de 100 autores portugueses e vários autores internacionais presentes no evento. “A seleção dos autores é feita com base num equilíbrio entre vários critérios: a atualidade das suas obras, a relevância cultural e literária, o interesse do público, a diversidade dos nossos catálogos e, naturalmente, a disponibilidade de agenda dos próprios.”

Nesta edição, a Porto Editora, em conjunto com a BertrandCírculo, vai organizar mais de 200 eventos, com destaque para os mais de 20 lançamentos e apresentações.

Já para o Grupo Leya, outro dos grandes grupos editoriais nacionais com chancelas como D. Quixote, Caminho, Oficina do Livro, Lua de Papel ou ASA, a Feira do Livro tem como grande objetivo criar ligação entre os leitores e os livros. “Os autores gostam muito de conhecer quem são as pessoas que os leem e os leitores têm um gozo enorme em poder trocar umas palavras. A coisa mais extraordinária da feira, para a Leya, é poder proporcionar esse ambiente vibrante”, diz ao DN Ana Rita Bessa, CEO deste grupo editorial.

A Leya leva ao Parque Eduardo VII os autores que vão lançar livros durante a feira ou que lançaram obras recentemente. É este o critério seguido.

Sobre as vendas, Ana Rita Bessa afirma que é uma altura forte do ano, e destaca a “Hora H” que dá acesso a 50% de desconto mínimo numa seleção de livros de segunda a quinta-feira na última hora da feira. “A Hora H é muito interessante. Por exemplo, no caso das bandas desenhadas, há leitores que se deslocam à feira para comprar a coleção inteira. Acaba por ser um incentivo à venda e reflete-se”, diz a administradora do Grupo Leya.

Este ano a programação da Leya terá como tema “Cultive a Leitura. Cultive o Planeta” e conta com mais de 200 iniciativas, incluindo sessões de autógrafos, cerca de 70 momentos de palco e a participação de perto de 150 autores. Haverá ainda um tributo a Maria Teresa Horta e a Pedro Sobral (ex-presidente da APEL, que morreu em dezembro de 2024).

Nadir Afonso e Amadeo de Souza-Cardoso em exposição no Museu do Côa

ARTES Presidente da Fundação Côa Parque assume esta semana o lugar de deputada na Assembleia da República e deixa preparada uma mostra sobre Picasso a confirmar pelo seu sucessor no cargo.

Amadeo de Souza-Cardoso e Nadir Afonso protagonizam as duas exposições que o Museu do Côa, em Vila Nova de Foz Côa, no distrito da Guarda, vai inaugurar na sexta-feira, e que podem ser visitadas durante o verão. *Nadir Afonso: Território de Absoluta Liberdade* e *A Marginália de Amadeo*, que vão ficar patentes em diferentes salas das exposições temporárias do museu, reúnem, cada uma, cerca de meia centena de obras dos “dois vultos da arte portuguesa”, e enquadram-se no programa da Rede Portuguesa de Arte Contemporânea (Repac).

No programa expositivo do museu, que continua a conjugar a expressão contemporânea com a arte rupestre do Parque Arqueológico, um projeto dedicado a Pablo Picasso pode vir a suceder, mais tarde, a estas mostras temporárias, adiantou à agência Lusa a presidente da Fundação Côa Parque, Aida Carvalho.

Para já, *Nadir Afonso: Território de Absoluta Liberdade* e *A Marginália de Amadeo* “são as grandes apostas do museu para o próximo verão”, disse Aida Carvalho, acrescentando que a mostra dedicada a Nadir Afonso se prolongará até 2 de novembro, enquanto *A Marginália de Amadeo* ficará patente até 27 de julho.

A responsável, de saída da presidência do conselho diretivo da Fundação Côa Parque, revelou ainda que deixa preparada a curadoria científica e técnica de uma grande exposição dedicada a Pablo Picasso, para as salas do Museu do Côa. “Caberá agora ao próximo conselho diretivo da Fundação Côa Parque decidir se quer ou não manter esta exposição e em que contexto. A proposta está feita para

que o museu a acolha, através do Museu Picasso [de Barcelona]”, vinco Aida Carvalho.

Para a ainda presidente da fundação, que esta semana assumirá o seu lugar de deputada na Assembleia da República, eleita pelo distrito da Guarda, a realização de exposições de artistas contemporâneos como Paula Rego, Graça Morais, João Cutileiro, e agora Nadir Afonso e Amadeo de Souza-Cardoso, em territórios do interior, constitui “um sinal claro de que todos os territórios são territórios de oportunidades.”

“Os visitantes têm vontade de encontrar estes grandes nomes” no Museu do Côa, sublinhou Aida Carvalho que, nos últimos quatro anos, viu o número de entradas aumentar 50% e as receitas subir mais de 75%. Para tal contribuíram a investigação permanente no Parque Arqueológico do Vale do Côa e as exposições temporárias em que a arte contemporânea tem sido dominante.

Nadir Afonso: Território de Absoluta Liberdade propõe uma viagem pelo universo criativo do artista, através de um conjunto de obras originais, muitas delas – cerca de metade das obras expostas – pinturas sobre tela, disse à Lusa a curadora Alexandra Silvano. “Entre elas, destaca-se [um quadro] de

grandes dimensões, da fase final da vida do artista”, adiantou a curadora, acrescentando que “estas obras são verdadeiros testemunhos do vigor criativo que o acompanhou até ao fim.”

Alexandra Silvano disse que esta exposição revela não só a profundidade estética da obra de Nadir Afonso, como também a liberdade com que sempre viveu e criou: “Leal às suas convicções e imune a modas ou imposições.”

Quanto a *A Marginália de Amadeo*, o curador da exposição, Samuel Silva, explicou que reúne um acervo de desenho, rascunhos, esboços encontrados nos manuais escolares do artista, pertencentes à sua família e à biblioteca da Casa Manhufe, em Mancelos, Amarante, no distrito do Porto. “Vamos ter ainda exposto um conjunto de postais, cartas originais, algumas pinturas paradigmáticas dentro desta noção que é a ideia de margem”, disse Samuel Silva à Lusa.

“Esta exposição vai revelar um Amadeo a partir da sua intimidade, da incerteza do traço, da teatralização da dúvida. No fundo fica a conhecer-se a sua inquietude expressiva que é revelada desde tenra idade”, explicou o curador.

Samuel Silva, acredita que “os desenhos de Amadeo de Souza-Cardoso possam criar uma interligação com as gravuras paleolíticas do Vale do Côa (...), num diálogo apaixonante que chegará ao território.”

Desde 2022, as exposições mais visitadas do Museu do Côa foram *Paula Rego – Rotura e Continuidade* (60 mil pessoas), *Dark Safari*, a partir da Coleção de Arte Contemporânea do Estado (38 mil), e *Mapas da Terra e do Tempo*, de Graça Morais (37 mil pessoas).

LUSA



Aida Carvalho
Presidente da Fundação Côa Parque

Quando o 'western' cantou a solidão violenta

CLÁSSICOS Arranca esta terça-feira, na Cinemateca, a segunda parte do ciclo "Era Uma Vez... o Western", revisitação metódica de um género que, ao longo do tempo, tomou o pulso à própria mitologia americana.

TEXTO INÊS N. LOURENÇO

O choque de *A Quadrilha Selvagem* [1969] não era apenas o que se via no ecrã, mas a nossa reação ao que víamos. Era belo e comovente. Havia beleza no facto de estes sacanas escolherem arriscar tudo por um membro do seu grupo, do qual nem sequer gostavam particularmente. Algo de monumentalmente masculino e profundamente maravilhoso na caminhada incomparavelmente gloriosa do bando para o seu destino/fatalidade (...). Algo de gratificante na falta de consideração do ato da carnificina (...). Assim descreve Quentin Tarantino, em *Cinema Speculation*, o efeito da descoberta de *The Wild Bunch* (*A Quadrilha Selvagem*), obra-prima de Sam Peckinpah que nos pode servir de entrada abrupta no espírito do ciclo "Era Uma Vez... o Western (Parte II)". Ou não fosse um perfeito exemplar da mudança de valores dentro desse grande género americano.

Deixando para trás os tempos dourados, então sinónimo de realizadores como John Ford ou Howard Hawks, o momento que esta segunda parte do ciclo da Cinemateca contempla é aquele que observa uma espécie de reconfiguração existencial do *western*, nos seus termos filosóficos e estéticos. Não no sentido de uma nova geração com novas regras, mas na medida de um processo de "envelhecimento natural" – nalguns casos, a passar mesmo pela presença de atores de referência envelhecidos, como John Wayne, Jimmy Stewart, Burt Lancaster, John

Huston, Joel McCrea... –, que corresponde à perda do lustre clássico. Por outras palavras: aqui a figura do *cowboy* já não está imbuída do heroísmo de outrora e o Velho Oeste tornou-se mais sangrento, menos elegante na preservação de um imaginário.

É, pois, com esta antecipação da melancolia que se percorre um programa repleto de filmes "obrigatórios", em jeito de reflexão sobre uma certa identidade americana, sempre à beira do abismo. Já hoje, pelas 15h30 (repete dia 24), na sala da Barata Salgueiro, em Lisboa, outro filme de Peckinpah dá o tiro de

Deixando para trás os tempos dourados, então sinónimo de realizadores como John Ford ou Howard Hawks, o momento que esta segunda parte do ciclo da Cinemateca contempla é aquele que observa uma espécie de reconfiguração existencial do *western*, nos seus termos filosóficos e estéticos.

partida: segunda obra deste cineasta explosivo, *Os Pistoleiros da Noite* (1962) inicia o canto fúnebre do dito Velho Oeste através da imagem nostálgica do pistoleiro, que, por assim dizer, desaparece de cena. Um adeus simbólico sete anos depois transformado em furor sangrento, no referido, e celeberrimo, *A Quadrilha Selvagem*...

Por falar em celebridade, outros títulos muito populares passam por estes dias na Cinemateca – entre *Dois Homens e Um Destino* (1969), de George Roy Hill, onde Paul Newman e Robert Redford ensaiam a modernidade do *western* (desde logo, a andar de bicicleta), e *O Bom, o Mau e o Vilão* (1966), de Sergio Leone, que contribuiu imensamente para a glória de Clint Eastwood, é possível descobrir ou revisitar uma energia menos americana e mais legível nas linhas do *western spaghetti*. De que *Django* (1966), de Sergio Corbucci, será o outro representante nesta lista.

Raridades

Entre os filmes menos vistos, mas, ainda assim, sem o estatuto de esquecidos, contam-se *O Pequeno Grande Homem* (1970), de Arthur Penn, com Dustin Hoffman a encarnar as memórias épicas de um homem de 121 anos; *A Noite Fez-se Para Amar* (1971), de Robert Altman, estupenda visão gelada, invernal, que rasga o mito do *Old West* com as marcas do capitalismo numa região mineira (as interpretações de Warren Beatty e Julie Christie são muito bem acompanhadas por canções de



Leonard Cohen); e *Ulzana, o Perseguido* (1972), de Robert Aldrich, que traz Burt Lancaster no papel do velho guia de um jovem tenente, cuja missão é capturar o chefe índio do título, que

vai deixando um rasto de indescritível violência por onde passa com o seu bando. Um dos momentos mais bonitos deste filme cru é um diálogo sobre "a razão de matar" dos índios e



Kirk Douglas, ou o cowboy contra o mundo moderno, em *Fuga Sem Rumo* (1962).

John Wayne, com Lauren Bacall, no adeus ao western e ao cinema: *O Atirador* (1976).

aquilo que os aproxima dos brancos, mas o fascínio elegíaco reside na serenidade de Lancaster, veterano do género.

Raros, de facto, serão *Fuga Sem Rumo* (1962), de David Miller, um magnífico retrato do cowboy a lidar com o seu próprio anacronismo, em que vemos Kirk Douglas e um cavalo a formarem a silhueta solitária e desorientada no meio do trânsito moderno, qual interpretação poética do *Lonely Are the Brave*, título original; *Um Homem na Solidão* (1971), de Richard C. Sarafian, história de sobrevivência na Natureza, com Richard Harris num dos papéis mais físicos e espirituais da sua carreira, que seria a base do Óscar de Leonardo DiCaprio, pelo filme *The Re-*

venant, fundado na mesma narrativa; e *O Atirador* (1976), de Don Siegel, esse mentor de Peckinpah que filma aqui o duplo gesto de despedida da lenda John Wayne, ao *western* e ao grande ecrã. Derradeira aparição como pistoleiro, um homem que está a morrer de cancro, mas não acamado (o médico a cargo da confirmação do diagnóstico é James Stewart, e a dona da estalagem onde encontra a última morada, Lauren Bacall), *The Shootist* trabalha a mitologia de Wayne num tom justo, seco e melancólico.

E porque também de riso se faz o ciclo, há um passeio de Clint Eastwood e da “freira” Shirley MacLaine por terras mexicanas, em *Os Abutres Têm Fome* (1970), de novo assinado por Siegel, mas a desbunda total só poderia ser pela lente de Mel Brooks, empenhado na desconstrução caótica dos *clichés*: chama-se *Balbúrdia no Oeste* (1974).



Opinião Guilherme d'Oliveira Martins

A nossa casa é o mundo

Sempre que vou a Amesterdão visito religiosamente, nas margens do Amstel, um fragmento importante da presença dos portugueses no mundo. Além da imponente Sinagoga, o cemitério de Ouderkerk constitui memória viva de uma presença forte e comovente. Falo de Beth Haim, que significa literalmente Casa de Vida, o cemitério dos judeus portugueses, fundado por Isaac Franco Medeiros, em 1614. É um campo santo que recorda a tentativa do Padre António Vieira de fazer regressar a Portugal o poder económico e a influência dos portugueses que tiveram de partir para onde havia o reconhecimento da liberdade de consciência, nos Países Baixos, graças às leis da União de Utrecht de 1579.

As campas que se encontram em Ouderkerk albergam portugueses ilustres: Filipe Elias Montalto, de Castelo Branco, médico pessoal de Maria de Médicis, o célebre autor da *Arquipatologia*, recentemente comentada por Adelino Cardoso, Helder Macedo e Maria Filomena Molder, num belo livro sobre a melancolia; Isaac Oróbio de Castro, de Bragança, também médico e filósofo; Menasseh ben Israel, aliás Manuel Dias Soeiro, da Madeira, o rabino imortalizado por Rembrandt e primeiro impressor de livros em hebraico em Amesterdão; Isaac Aboab da Fonseca, de Castro Daire, um dos mais proeminentes rabinos no século XVII, mais tarde o primeiro das Américas, dirigindo, a partir de 1641, a nova comunidade judaica de Recife, Pernambuco, donde saíram os fundadores de Nova Amesterdão, hoje Nova Iorque; Jacob de Aharon de Sasportas, rabino e cabalista; Michael de Espinoza, pai do filósofo Ba-

ruch Espinoza; David Franco Mendes, cultor da língua hebraica; Abraham Israel Suasso ou Francisco Lopes Suasso, de profissão banqueiro; Moses Curiel, aliás Jerónimo Nunes da Costa, mercador e agente do rei D. João IV... Nas identificações constantes das pequenas placas do cemitério, descobrimos, a cada passo, quem se destacou e constituiu referência para os dias de hoje.

Não é possível compreender a riqueza e o carácter aberto e multifacetado da cultura portuguesa sem considerar todos quantos fizeram da liberdade de pensamento e do culto das diferenças marca da sua própria identidade, lembramo-nos ainda de Garcia de Orta, de Damião de Góis ou de António José da Silva. São exemplos que deram testemunho vivo de vitalidade e de sentido de futuro.

Os textos de Vieira, que acompanharam a sua ação diplomática, são bem ilustrativos da exigência da abertura de espírito e de inteligência na reflexão. E quando hoje relemos a *Chave dos Profetas*, compreendemos que é o império do espírito que ocupa o orador sagrado, mais do que a evolução do poder temporal, que encerrava sempre o risco da decadência dos “fumos da Índia”, que preocupavam Afonso de Albuquerque e o próprio Camões.

Fernando Pessoa tornou o *Quinto Império* uma referência da língua e da cultura, dando a Vieira o epíteto de “Imperador da Língua Portuguesa”. “Este, que teve a fama e à glória tem, (...) foi-nos um céu também.”

O que estava em causa era o exercício da liberdade de espírito e a ligação entre a diversidade das raízes e o frondoso desenvolvimento de uma árvore multiplicando as influências. Em lugar do fechamento, a cultura da língua portuguesa exprime-se exatamente como nos sentimos nas margens do Amstel em contacto com os nossos compatriotas de há 400 anos, para quem a nossa casa é o mundo.

Administrador executivo da
Fundação Calouste Gulbenkian

“
Em lugar do fechamento, a cultura da língua portuguesa exprime-se exatamente como nos sentimos nas margens do Amstel em contacto com os nossos compatriotas de há 400 anos, para quem a nossa casa é o mundo.”

Pizarro apresenta candidatura à Câmara do Porto

Manuel Pizarro apresentou ontem a sua candidatura à presidência da Câmara Municipal do Porto. No seu discurso, durante a cerimónia que decorreu no Palácio da Bolsa, anunciou que pretende disponibilizar cinco mil casas com renda moderada nos próximos quatro anos ao mesmo tempo que promete iniciar as bases de um programa de reabilitação urbana.



ESTELA SILVA / LUSA

PSD propõe Aguiar-Branco para presidente da AR

CONTINUIDADE Grupo parlamentar social-democrata vai tentar que o ex-ministro seja reeleito. Hugo Soares é recandidato a líder parlamentar.

O PSD vai propor a recondução no cargo do atual presidente do Parlamento, José Pedro Aguiar-Branco, anunciou o líder do partido, Luís Montenegro, na reunião do Grupo Parlamentar social-democrata. Segundo fontes da direção do PSD, o partido propõe para vice-presidente da mesa a deputada Teresa Moraes, que também já ocupava esta função na passada legislatura.

José Pedro Aguiar-Branco, que foi reeleito deputado por Viana do Castelo, participou na reunião da bancada do PSD, tendo chegado ao lado do presidente do PSD e primeiro-ministro indigitado e do líder parlamentar, Hugo Soares, numa entrada recebida com uma

grande ovação pelos novos deputados.

A eleição da Mesa do Parlamento realiza-se hoje, na primeira sessão plenária da XVII legislatura.

Na última legislatura, o deputado do PSD José Pedro Aguiar-Branco foi eleito presidente da Assembleia da República a 27 de março de 2024 com 160 votos a favor, mas apenas à quarta tentativa. Agora, com o Chega a não propor um candidato (*ler mais na página 9*), tudo indica que Aguiar-Branco terá a reeleição garantida.

No mesmo encontro, o líder parlamentar do PSD, Hugo Soares, também anunciou que se vai recandidatar ao cargo, um anúncio recebido com muitos aplausos na reunião da

bancada. “É onde me eu me sinto bem e onde acho que posso continuar a ajudar o país, em primeiro lugar, e o Governo em segundo lugar”, justificou o também secretário-geral do PSD, no final da reunião.

Esta foi a primeira reunião do Grupo Parlamentar do PSD depois das legislativas de 18 de maio que a AD (coligação PSD/CDS-PP) venceu, elegendo 91 deputados em 230, dos quais 89 são do PSD e dois do CDS-PP, e contou com a presença do presidente do PSD e primeiro-ministro indigitado.

Hugo Soares disse esperar por parte da oposição “responsabilidade” para garantir “estabilidade”, para que a legislatura dure quatro anos, ao contrário das duas anteriores.

DN/LUSA

Espreguiçar na rede Ricardo Simões Ferreira

A liberdade é também para os que nos chateiam

Quando António Costa resolveu, na noite eleitoral de 2022, encher os pulmões e dizer “Não passarão!” relativamente ao Chega – para gáudio dos seus fãs – já estava em marcha a ascensão do partido de Ventura de uma forma tão evidente que só não via quem não queria. A cada mês de “mais do mesmo”, de mais um “caso” ou de outro “casinho”, era preciso ser muito ingénuo para não prever que o populismo só poderia subir e que quem estava a mandar iria pagar a fatura. Costa é tudo menos ingénuo... Mas ele tinha a sua cápsula de sobrevivência preparada, com a Europa aqui tão perto. E o *timing* do fim do seu próprio Governo foi, afinal, perfeito. Que sorte, *hein!*

Ele sai imaculado e o seu partido cai – à semelhança dos socialistas franceses, há uns 30 anos, num processo em tantas coisas semelhante que é preciso ser muito arrogante para nem sequer considerar que aqui tal se daria.

Quando os ventos da extrema-esquerda tentam aumentar impostos sobre os “mais ricos”, o que acontece habitualmente é o Estado arrecadar, em proporção, menos dinheiro. Aconteceu há pouco tempo na Noruega, por exemplo, em mais uma deriva europeia de “justicialismo fiscal”.

Quem tem meios legais para pagar menos fá-lo-á sempre, e quem tem mais rendimento tem, claro, mais meios...

Quando alguém tem uma ideia que desagrada a muitas pessoas, e até pode ser a maioria da população – é contra a despenalização do aborto, por exemplo... mas pode ser outra coisa qualquer –, e decide pagar do seu bolso espaço publicitário, ou dar palestras, com esses conteúdos, muitos dos que ainda há ‘cinco minutos’ se diziam arautos da liberdade de expressão passam a gritar às autoridades para que o cale. Haver um organismo de censura, de repente, passou a ser boa ideia.

Curioso, vindo isto mais ou menos dos mesmos que todos os anos descem, de cravos em punho, a Avenida da Liberdade! E, daí, talvez não seja assim tão estranho, uma vez que só em novembro, também no dia 25, se sedimentou que pensar diferente afinal não merecia nem ameaças, nem lesões físicas.

Tudo isto tem em comum a incapacidade de algumas (muitas) pessoas de compreenderem que a realidade é, sempre, dinâmica. Quem hoje votava aqui, amanhã vota ali – em especial se durante anos se sente que nada verdadeiramente importante mudou; os que agora vivem e pagam contribuições cá, num mundo livre, de um momento para o outro deixam de cá estar – é por isso que houve quem construísse muros; e se amas mesmo a liberdade, defenderás até o energúmeno mais idiota do direito de a exercer, por mais estúpidos que sejam os seus atos, desde que sejam conformes ao Estado de Direito.

Fosse a vida a previsibilidade regulada (e vigiada) ao detalhe que aquelas pessoas aparentemente desejam que seja, não haveria evolução, inovação e, na realidade, nenhum de nós estaria aqui. Não tínhamos sequer saído da sopa de aminoácidos disforme, sem identidade, que foi o berço da vida na Terra. E para onde parecem querer atirar-nos de novo.

Editor do Diário de Notícias



Conselho de Administração Bernardo Penas Belo (Presidente), Luís Figueiredo de Barbedo Trindade, Kevin King Lun Ho, Vítor Manuel Almeida Santos de Menezes e António Manuel Mendes Ferreira **Direção** Filipe Alves (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira, Nuno Vinha e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** Nuno Silva **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão, 195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Efraim Tavares **Direção Comercial** Daniel Barata, Pedro de Almeida Lima (Coordenador) **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. – 41,51%, KNJ Global Holdings Limited – 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 20,40%, Grandes Notícias, Lda. – 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registo na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E-mail: apoiocliente@dn.pt



56972



5 605290 023002